

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM PSICOLOGIA**

LUCIAN BORGES DE OLIVEIRA

MARTÍN-BARÓ & KLAUS HOLZKAMP: FATALISMO E CAPACIDADE DE AÇÃO

PUC-CAMPINAS

2020

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM PSICOLOGIA**

LUCIAN BORGES DE OLIVEIRA

MARTÍN-BARÓ & KLAUS HOLZKAMP: FATALISMO E CAPACIDADE DE AÇÃO

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor em Psicologia – Profissão e Ciência no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo

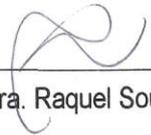
Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

150.198 Oliveira, Lucian Borges de
O48m Martín-Baró & Klaus Holzkamp: fatalismo e capacidade de ação / Lucian Borges de Oliveira. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.
76 f.
Orientador: Raquel Souza Lobo Guzzo.
Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.
Inclui bibliografia.
1. Psicologia crítica. 2. Martín-Baró, Ignácio. 3. Holzkamp, Klaus. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD - 22. ed. 150.198

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSO EM PSICOLOGIA
LUCIAN BORGES DE OLIVEIRA
MARTÍN-BARÓ & KLAUS HOLZKAMP: FATALISMO E CAPACIDADE DE AÇÃO

Tese defendida e aprovada em 20 de Fevereiro de 2020
pela Comissão Examinadora



Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

Orientador (a) da Tese e Presidente da Comissão
Examinadora

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC –
Campinas)



Profa. Dra. Fernanda Furtado Camargo

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC –
Campinas)



Prof. Dr. João Carlos Caselli Messias

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC –
Campinas)



Profa. Dra. Ana Paula Gomes Moreira

Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)



Profa. Dra. Larissa Soares Baima

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Dedico esse trabalho a você que estava aqui quando comecei essa caminhada, mas que agora não pôde me ver finalizando. Dedico a você, que sem dúvidas, foi e ainda é a pessoa mais importante da minha vida. Dedico a você que tinha como seu maior sonho e compromisso, me ver estudado. Dedico a você que tenho como exemplo em tudo que faço na minha vida.

Escrevo essas palavra com o coração apertado, com os olhos cheios de lagrimas, porque tudo o que mais queria era que você pudesse estar aqui ao meu lado neste momento.

Esta tese eu dedico a você Maurilio Borges de Oliveira, meu pai!

[In memoriam]

Agradecimentos

O percurso deste trabalho não foi nada fácil, desde a perda da pessoa mais querida de minha vida, passando pela fragilidade emocional, até às dificuldades com os estudos em decorrências de tais acontecimento. Mesmo assim, se não fosse a presença de algumas pessoas, certamente este trabalho não se tornaria possível.

Agradeço primeiramente ao meu pai, a quem dedico este trabalho, que sempre me chamou a atenção para os estudos, fazendo o possível e o impossível para que isso acontecesse, e acima de tudo, por ter sido meu maior parceiro na vida.

À minha mãe pelo cuidado e total apoio em todas as decisões tomadas em minha vida.

Ao meu irmão, a quem sempre tive admiração intelectual e moral, que me fez despertar ao campo da crítica como atitude.

À minha companheira Bruna, que com muito amor e companheirismo esteve ao meu lado sem titubear um minuto sequer.

À Raquel, minha orientadora que foi muito mais do que isso, foi pilar central da estrutura da minha própria confiança.

Aos meu companheiros do GEP-inpsi que foram muito importantes na minha formação

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas

Às secretárias Elaine e Maria Amélia por toda presteza.

E por fim, à Capes pelo financiamento.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

Oliveira, Lucian Borges. Martín-Baró & Klaus Holzkamp: Fatalismo e Capacidade de Ação. 2020. 82f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2020.

O presente trabalho discute a relação entre a vida e a obra de Martín-Baró e Klaus Holzkamp, partindo do pressuposto de que ambos autores partem de uma orientação marxista para pensar a Psicologia e têm como propósito criar uma ciência psicológica que atenda às demandas das maiorias oprimidas. Para isso, essa aproximação foi feita a partir dos conceitos de Fatalismo, Capacidade de Ação Restritiva e Capacidade de Ação Generalizada. Defendendo que esses conceitos estabelecem uma tríade da ação numa relação dialética de oposição-negação-superação. Para isso, o presente trabalho parte das noções metodológicas e ontológicas do Materialismo Histórico Dialético.

Palavras Chaves: Psicologia da Libertação, Psicologia Crítica, Fatalismo, Capacidade de Ação Restritiva e Generalizada.

ABSTRACT

Oliveira, Lucian Borges. Martín-Baró and Klaus Holzkamp: Fatalism and Capacity for Action. 2020. 82f. Thesis (Doctorate in Psychology) - Pontifical Catholic University of Campinas, Center for Life Sciences, Graduate Program in Psychology, Campinas, 2020.

The present work discusses the relationship between the life and the work of Martín-Baró and Klaus Holzkamp, based on the assumption that both authors depart from a Marxist orientation to think about Psychology and aims to create a psychological science that meets the demands of the majority oppressed. For this, this approach was made from the concepts of Fatalism, Restrictive Action o and Generalized Action Ability. Advocating that these concepts establish a triad of action in a dialectical relationship of opposition-negation-overcoming. For this, the present work starts from the methodological and ontological notions of Dialectical Historical Materialism.

Keywords: Liberation Psychology, Critical Psychology, Dialectical Historical Materialism, Fatalism, Restrictive and Generalized action ability.

RESUMEN

Oliveira, Lucian Borges. Martín-Baró y Klaus Holzkamp: Fatalismo y capacidad de acción. 2020. 82f. Tesis (Doctorado en Psicología) - Pontificia Universidad Católica de Campinas, Centro de Ciencias de la Vida, Programa de Posgrado en Psicología, Campinas, 2020.

Este artículo discute la relación entre la vida y el trabajo de Martín-Baró y Klaus Holzkamp, basándose en el supuesto de que ambos autores parten de una orientación marxista para pensar en psicología y aspiran a crear una ciencia psicológica que satisfaga las demandas de abrumadas mayorías. Para esto, este enfoque se realizó a partir de los conceptos de Fatalismo, Capacidad de acción restrictiva y Capacidad de acción generalizada. Argumentando que estos conceptos establecen una tríada de acción en una relación dialéctica de oposición-negación-superación. Para esto, el presente trabajo parte de las nociones metodológicas y ontológicas del materialismo histórico dialéctico.

Palabras clave: Psicología de la Liberación, Psicología Crítica, Fatalismo, Capacidad de Acción Restrictiva y Generalizada.

SUMÁRIO

Memorial/Justificativa	5
Apresentação do Trabalho	13
Tese	14
Objetivos	14
1- Método	15
A questão do método na filosofia moderna	15
A questão do método em Marx: o materialismo – histórico e dialético	22
Por que a pesquisa teórica?	26
Percurso argumentativo	27
2. Martín- Baró vida e obra	28
Sobre Martín-Baró	29
A História do Termo Fatalismo	33
A necessidade da Psicologia da Libertação	36
Constituição psicológica do Fatalismo: modos de [não] ação	40
Os processos de subjetivação das relações de poder: os modos de ação	42
O Fenômeno do Fatalismo para Martín-Baró	45
3.Klaus Holzkamp e o conceito de Capacidade de Ação	53
Capacidade de ação	55
4.Sobre Fatalismo e Capacidade de ação – nexos importantes para a Psicologia	58
Considerações Finais	68
Referências	69

Memorial/Justificativa¹

O presente trabalho não surge do acaso, mas sim, nasce devido ao meu percurso. Quando estava no ensino médio na escola pública não tinha a menor perspectiva de cursar a universidade, tanto que, quando se abria a minha mochila de materiais escolares, encontrava-se somente um baralho e uma raquete de tênis de mesa, atividades que eram as únicas pelas as quais a escola proporcionava algum bem-estar. Eu passava quase que o período todo que estava lá jogando baralho e tênis de mesa. Frase normal a ser ouvida entre mim e meus colegas pela “tripulação” escolar é a de que “não seríamos nada na vida”, pois éramos os “verdadeiros vagabundos”.

Esse período que retrato refere-se aos anos de 2005 a 2007, paralelo a esses acontecimentos pessoais, o Brasil vivia nesse período, os inícios das políticas de ampliação ao acesso à universidade e das políticas sociais. Neste período, meu irmão mais velho (único que tenho) ingressa no cursinho pré-vestibular, ao contrário de mim, sempre sedento de vontade de cursar a universidade, reafirmado pelo comando do meu pai, que deixou todos e quaisquer prazeres que a vida poderia lhe dar, para que seus filhos pudessem estudar.

Influenciado pelos dois e vendo a oportunidade dos jovens de famílias de baixa renda ingressarem na universidade que agora se aclarava, comecei a cogitar a possibilidade de cursar o ensino superior. Terminado o ensino médio, os dois anos subsequentes são de realização de cursinho pré-vestibular. Nesse espaço e com as longas conversas com meu irmão, mesmo que de forma muito ingênua, começo a

¹ Este trabalho está formatado nas normas da APA – 6ª edição.

tomar contato com a leitura do real, como diria Paulo Freire, pois era o início do entendimento da minha própria condição de vida e as razões pelas quais ela se configurava dessa maneira. Ou seja, nesse período começa a despertar em mim, um ímpeto para a desnaturalização das coisas. Desse modo, começo a me interessar pelas Ciências Humanas, motivado pela vontade de compreender melhor o mundo.

No ano de 2009, meu irmão ingressa na Universidade de São Paulo no curso de Ciências Sociais, e logo começa a trazer as novidades, que um jovem recém inserido na universidade vivencia. Dessa forma, me incita mais ainda a vontade de cursar algo que me ajude a ler o mundo de maneira mais clara, tal como ele é e almejar alguma mudança. Em 2010, ingresso no curso de psicologia da PUC-Campinas pelo programa PROUNI, mesmo enfrentando toda a burocracia e humilhação institucional que consiste o processo de concessão desta bolsa.

Nos primeiros momentos, coloca-se a sensação de não pertencimento àquele espaço. E o questionamento, de que será mesmo que eu teria direito de estar ali? Claro que essas reflexões eu só consigo fazer nos dias de hoje, que me está aclarado o que eu sentia, pois naquele momento era só um turbilhão de sentimentos e emoções que se dirigiam em direções opostas, da felicidade de estar na universidade ao medo e humilhação.

Nesses primeiros momentos, começo a sentir dificuldades na escrita e cometo erros primários (que ainda duram até hoje, com menos intensidade) devido à ausência de uma base escolar sólida. Diante disso, vou percebendo que se isso permanecer, será de fato a evidência de que eu não deveria estar ali, que aquele espaço não é para bolsista ou cotistas, como ainda soa no imaginário popular. Diz-

se que esses estudantes comprometem a qualidade do ensino das instituições e não conseguem acompanhar o processo. Diante disso, coloca-me a necessidade de reverter essa situação, e, assim, começo a me dedicar de maneira sistemática aos estudos da psicologia. Em um curto período de tempo, começo a alçar as melhores notas e me firmar entre os “melhores alunos da sala” aos olhos alheios, mas que em mim o que predominava era somente insegurança. E entendo que essa atribuição de nada vale, pelo contrário, é violenta e segregacionista.

Porém, esse processo me permitiu ir conhecendo a ciência psicológica. Se, no início estava motivado pelo estudo de algo que me ajudasse a ler melhor o mundo e as pessoas, agora eu estava decepcionado, pois a psicologia apresentada até então parecia não responder às minhas questões, essas últimas hoje eu entendo que são relativas à luta de classes e aos sujeitos nesse processo. Desta forma, permeia-me a decepção e a vontade de abandonar o curso, mas como abandonar se uma bolsa me foi concedida? Isso seria desapontar muita gente e, mais ainda, servir de fato concreto para o argumento de que os bolsistas ali não deveriam estar.

Até que na segunda metade de 2011, surge uma luz no fim do túnel. Durante uma atividade de uma disciplina referente à introdução à pesquisa, que consistia em uma busca no site da universidade para tomar ciência do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e dos diversos grupos de pesquisa que se inseriam nesse programa e as temáticas abordadas por cada um deles, chama -me muito atenção a temática de um grupo específico. As temáticas das quais se ocupava pareciam-me muito diferentes do que me tinha sido apresentado até então. Cliquei no nome do grupo que me direcionou para o diretório do grupo no CNPq e lá continha o e-mail da pesquisadora responsável. Nos dias seguintes, escrevi um e-mail para ela, que

me propôs que eu fosse até lá para conhecer o grupo e explicar o porquê do mesmo ter me chamado atenção. Após essa conversa fui convidado, então, para acompanhar o grupo por um período, para que depois viesse a me tornar um estudante com projeto de Iniciação Científica. E assim foi o meu ingresso no GEP-InPsi - Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação, sob a coordenação da Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo.

Após um período acompanhando o grupo, as questões em torno da Psicologia, agora começavam a me fazer sentido. Logo, tornei-me um bolsista de IC desenvolvendo um trabalho, em andamento, que um outro estudante precisou deixar. O trabalho tratava sobre a aspiração de classe, mais precisamente das aspirações da classe média, pautado nas elaborações dos trabalhos realizados por Ignacio Martín-Baró (IMB), autor pelo qual eu começava então a nutrir os mais profundos sentimentos (Oliveira & Guzzo, 2012).

Nesse período, eu já compreendia que a Psicologia poderia ser entendida como a seguinte tríade²: a psicologia como fábula (o que nos dizem que ela é), a psicologia como perversidade (como ela realmente é), diante disso, há o anúncio como necessidade do terceiro momento, a psicologia como possibilidade (a psicologia como ela pode ser), essas questões serão retomadas mais à frente.

O trabalho seguinte, que eu realizei ainda na condição de IC, ateu-se ao resgate e compilação da obra de Ignacio Martín-Baró. Neste trabalho visitamos o arquivo Martín-Baró na PUC- SP, recolhemos o que estava disponível *online* e organizamos o que a orientadora do trabalho tinha conseguido em sua visita a El Salvador. Como resultado de trabalho, publicamos o artigo “Vida e a obra de Ignacio

² Essa tríade de momentos/compreensões da psicologia é uma alusão à proposta de Milton Santos referente à globalização capitalista, em seu livro “Por uma outra Globalização”.

Martín-Baró e o paradigma da Libertação” (Oliveira, Guzzo, Tizzei & Silva Neto, 2014). Este trabalho permitiu-me um aprofundamento sobre a vida, produção e temáticas tratadas por Martín-Baró e, a partir disso, decidi optar pela continuação dos estudos sistemáticos de sua obra, advento pelo qual tem impacto direto no surgimento do presente trabalho. Subsequente a isso, realizei minha terceira e última iniciação científica, estudando o conceito de situação-limite na obra do mesmo autor em questão. Resultado disso foi o artigo “Ampliando o conceito de situação-limite de Martín-Baró: diálogo” com o conceito de crise” (Oliveira, Moreira & Guzzo, 2014). Este trabalho permitiu-me o conhecimento epistemológico e ontológico da perspectiva de Martín-Baró.

No último ano da graduação, cursei o estágio obrigatório em Psicologia Escolar com a Profa. Guzzo no campo da Educação. Este estágio aconteceu no primeiro ano de existência do Projeto ECOAR³. No ano seguinte, já formado, continuei como assistente técnico do grupo de pesquisa e como psicólogo colaborador do projeto ECOAR, ocupando a função de supervisor de campo dos estagiários.

Toda essa minha trajetória junto ao grupo de pesquisa, dedicada ao estudo e a prática da Psicologia Escolar, Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia Crítica, do Marxismo e da Psicologia Histórico-cultural e, principalmente, a Psicologia da Libertação, fez com que, em acordo com a orientadora do presente trabalho, chegássemos à conclusão que eu poderia prestar a prova para o ingresso direto no

³ Projeto de Pesquisa e Extensão desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção Comunidade e Libertação, com o objetivo de traçar estratégias do combate à violência no contexto da escola pública.

curso de doutorado, pois esse período de estadia do grupo de pesquisa já me teria dado suposta e relativa experiência de um curso de mestrado.

Chegado a esse ponto, retomo agora a compreensão da tríade metafórica apontada anteriormente, para que possam se tornar claros os motivos a partir dos quais emerge essa tese.

Antes de ingressar e recém ingressado no curso de Psicologia, tinha a ideia de que esta era uma ciência que tinha como proposta o conhecimento dos mais profundos segredos da existência humana, que visava, então, ajudar a melhorar a vida das pessoas. A ideia presente nesse momento é que a ciência traz progresso a todos. Pois, é isso que se diz da Psicologia, que é uma ciência muito bonita, porque por meio dela é possível ajudar as pessoas e fazer com que elas sejam mais felizes e melhores seres humanos. É comum e recorrente essa *cristianização* da Psicologia.

Mais ainda, por ser uma ciência humana e social, entendia eu que era possível, então, com o curso de psicologia, um aprofundado conhecimento sobre as questões sociais e filosóficas. Há uma vasta produção de conhecimento pautada em métodos científicos validados, e que garantem seu compromisso com a verdade, devido à sua assepsia política e sua suposta neutralidade científica. Tal como previsto no estatuto científico dominante em sua época de surgimento, a Psicologia que nos é apresentada, configura-se como uma grande fábula.

Ao contrário da fábula, a Psicologia se apresenta para o mundo como perversidade, ou seja, como ela realmente é. Nascida no fim do séc. XIX, em tempos de subjetividade privatizada⁴ e com a solidificação do modo de produção capitalista, a psicologia emerge como produto para justificar essa infraestrutura.

⁴ Ver: Sloan, T. & Moreira, V. (2002) *Personalidade, Ideologia e Psicopatologia Crítica*. São Paulo, SP: Escuta.

Presentificada de valores liberais em seus pressupostos e constructos, ela psicologiza problemas de ordem social, patologiza as diferenças e serve de ferramenta das relações de poder e dominação.

Assim, a Psicologia buscando sua independência como ciência, tornou-se uma ciência miserável teórica e metodologicamente, produzindo conhecimento parcial sobre os fenômenos humanos, que tomados como o todo, não passam de pura produção ideológica. Deste modo, a Psicologia só traz “progresso” quando esse progresso vai ao encontro do desenvolvimento do capitalismo. Logo, sua assepsia política e neutralidade é uma ilusão. Desse modo, evidencia-se a perversidade da Psicologia. Além do mais, então, a Psicologia não possui o “segredo da essência humana, até porque esse segredo não é de ordem psicológica” (Poltzer, 2004, p.54).

Neste cenário, em que se estrutura a Psicologia e que me foi sendo apresentada, comecei a perceber que os grandes sistemas psicológicos estão embebidos de pressupostos ontológicos e epistemológicos que legitimam o modo de produção, sob o qual essa ciência nasceu. Desta forma, entendo que a constituição do sujeito se dá na trama das relações sociais, e por isso, a sua desconstituição, desintegração e adoecimento. Diante de um sistema que tem por base a exploração, expropriação, a violência e a exclusão como seu *modus operandi*, fica complicado entender que a culpa ou gênese das despotencializações e sofrimentos estejam centradas no interior dos sujeitos.

Sendo assim, não basta uma Psicologia que atue somente nos sintomas dos problemas psicológicos, os quais tem sua gênese social. É necessária uma ciência

que, além de se ocupar dos sofrimentos do sujeito proponha-se a ajudar este último a transformar as condições reais de produção do sofrimento.

Assim, todas as formas de sofrimento no capitalismo, configuram-se como sofrimento ético-político, ou seja, ético, porque atenta contra a “natureza” humana social-comunal-relacional e política, porque se dá a partir do conjunto das relações de poder. Assim, elenco o *fatalismo*⁵, como um dos sofrimentos de ordem ética e política para o estudo aprofundado, pelo fato de ser um fenômeno que paralisa os sujeitos frente às transformações de suas realidades objetivas, o que poderia pôr fim às diversas formas de sofrimento. Colocando a *capacidade de ação*⁶ como seu par conceitual dialético de oposição-superação, que vise a libertação dos sujeitos. Assim, o presente trabalho se insere dentro de uma proposta de produção de um corpo teórico para a Psicologia que se pretende crítica e emancipatória. Portanto, elencando o materialismo histórico e dialético como fundamento filosófico-metodológico, entende-se que a proposta de compreensão do fatalismo e capacidade de ação como conceitos que constituem uma unidade dialética, principalmente no que concerne à oposição-superação, possibilita uma proposta teórico-prática para a Psicologia como horizonte de libertação.

Deste modo, essa teorização aponta para uma atuação geral da Psicologia, independentemente de sua área de fazer psicológico, pois é nessa oposição dialética que a Psicologia deve se atentar, ansiando pelo desenvolvimento da capacidade de ação. Com isso, a Psicologia da Libertação de Martín-Baró e a Psicologia Crítica de Klaus Holzkamp (KH) apontam para um constructo teórico que

⁵ Conceito desenvolvido por Martín-Baró que será tratado mais adiante no presente trabalho na página 31.

⁶ Conceito desenvolvido por Klaus Holzkamp que será tratado mais adiante no presente trabalho.

coloca a Psicologia de cabeça para baixo, almejando o horizonte de libertação das amarras do capital, reformulando-a teórica e praticamente, apontando como ela deve ser.

A partir dessa exposição da problemática, surge a questão de que se fatalismo e capacidade de ação constituem uma unidade dialética conceitual de oposição-negação-superação, de forma que proporcione a libertação dos sujeitos? Então meu objetivo com esse trabalho é defender esta tese, ou pelo menos começar a fornecer indícios dessa defesa. De modo que, é na tensão de elementos contraditórios que o ser social se reproduz e se transforma. O resultado da tensão é a produção do novo (das novas objetividades e da nova subjetividade). O ser social consiste de criação e destruição, num *continuum* de dissolução e engendramento.

Apresentação do Trabalho

Este trabalho consiste em um trabalho teórico, que visa produzir um conjunto argumentativo de ordem epistemológica, ontológica e ética, para defender a tese a qual se propõe. Então, na primeira parte serão apontadas as considerações metodológicas e se ressaltará a importância da pesquisa teórica.

Na segunda parte será exposta a vida e a história dos autores e os conceitos em questão (fatalismo e capacidade de ação). Assim, traçando a relação entre a vida e produção de cada um, a história dos conceitos como conceitos e a história dos conceitos como fenômenos vivenciados pelo ser social e sua manifestação nestes sujeitos.

Na terceira parte serão tratadas questões de três ordens: epistemológicas, ontológicas e éticas. No que tange ao campo epistêmico, debruçar-se-á na concepção de verdade e no processo de como se dá o conhecimento para cada um deles. Nas questões ontológicas ater-se-á à concepção de sujeito e à concepção de realidade dos autores. Por fim, nos ateremos aos imperativos éticos, quais são e para onde eles apontam. A partir disso, na quarta parte visa-se caracterizar uma tríade da ação dos sujeitos, entendida respectivamente como reprodução e aceitação das relações sociais (fatalismo) – mudanças pontuais para problemas estruturais ou saídas liberais/reformistas/terapêuticas (Capacidade de Ação Restritiva) e transformações das condições objetivas de vida, que forjam todo tipo de opressão (Capacidade de Ação Generalizada). Desse modo, buscar-se-á traçar um paralelo entre os autores nas três questões.

Tese

Diante do exposto acima, foi formulada a seguinte tese: Fatalismo e Capacidade de Ação consistem em uma unidade dialética oposição-negação-superação.

Objetivos

Para que seja possível argumentar a favor da tese enunciada acima, estabelecemos 4 objetivos:

- Caracterizar a relação entre a vida e a produção de IMB e KH.
- Evidenciar a história dos conceitos como conceitos e suas relações
- Demonstrar a história dos conceitos como fenômenos vivenciados pelo ser social.
- Caracterizar uma tríade da ação humana fatalismo-capacidade de ação restritiva – capacidade de ação generalizada.

1- Método

A questão do método na filosofia moderna

Para começarmos a expor esta sessão sobre método, faz-se necessária uma breve incursão histórica, pelo menos, a partir da filosofia moderna, para que se possa entender melhor o que é o método, abordando de outra maneira, diferente da ciência tradicional. Nessa perspectiva, o método é entendido como conjunto de regras que garante conhecimento seguro, esse entendimento sobre o método já está naturalizado entre aqueles que se debruçam às ciências, de um modo geral. Isso é tão claro, que se demonstra constantemente nas arguições de trabalhos acadêmicos, a incisão dos arguidores sobre o capítulo do método.

De fato, acordamos que o método é de suma importância para a compreensão da verdade. O problema é qual método? Qual verdade? Qual realidade? Deste modo, em nossa concepção, não é qualquer conjunto de regras, que se configura como método aos olhos da ciência tradicional, que se obtém um determinado tipo de verdade. Assim, essa breve incursão histórica pela filosofia moderna visa desnaturalizar o discurso de que os métodos científicos devem se afastar do campo filosófico e que nada devem a esse campo. Tentaremos então, fazer alguns apontamentos, que possibilitem aos leitores fazerem os *links* com a ciência de hoje.

O nascimento do pensamento moderno é marcado por diferentes componentes como o racionalismo, o empirismo, a ciência política moderna, nesse princípio nas figuras de Maquiavel e Hobbes e, por fim, as descobertas científicas de Copérnico e Galilei, o que inauguraram a chamada fase instrumental da ciência.

Seria ingênuo e contraditório, até um tanto hegeliano de nossa parte, acharmos que esses pensamentos se originaram de outros pensamentos e vão originar outros sem prestarem contas às bases materiais e históricas do determinado momento. Todos esses conjuntos de ideias e pensamentos estão surgindo em um cenário de decadência do modo de produção feudal e surgimento do capitalismo mercantilista. Portanto, nesse período, já livre da dominância católica e ansiando por elaborações sobre o novo mundo, esses pensamentos encontram terreno fértil.

Descartes, um dos principais expoentes do pensamento racionalista, tinha como princípio o pressuposto de que a racionalidade era capaz de produzir conhecimento seguro para se alcançar verdade. Porém, para ele, a razão poderia incorrer em erros e falseamentos. Portanto, era preciso educar a racionalidade para que se evitasse esses contratempos (Descartes, 1973).

Perante isso, Descartes (1973) elabora então quatro regras para o seu método, **regra da evidência**: que consiste em jamais aceitar como verdadeira uma coisa que não se soubesse ser evidentemente como tal; **regra da análise**: dividir cada uma das dificuldades examinadas em tantas partes possíveis e necessárias para melhor resolvê-las; **regra da síntese**: conduzir por ordem os pensamentos, a começar pelos objetos mais simples e mais fáceis de serem conhecidos, para galgar, pouco a pouco, como que por degraus, até o conhecimento mais complexo e; **regra da enumeração**: fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que se tivesse a certeza de nada ter omitido (Descartes, 1973).

No trecho anterior fica claro o modo pelo qual Descartes elabora seu conjunto metodológico para fugir da compreensão de que, para conhecer a verdade bastava

mergulhar no mundo do letramento que se teria todo o conhecimento necessário.

Acerca disso ele diz:

Fui nutrido nas letras desde a infância, e por me haver persuadido de que, por meio delas, se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida, sentia extraordinário desejo de aprendê-las. Mas logo que terminei esse curso de estudos, ao cabo do qual se costuma ser recebido na classe dos doutos, mudei inteiramente de opinião. Pois me achava enleado em tantas dúvidas e erros, que me parecia não haver obtido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância. E no entanto, estivera numa das mais célebres escolas da Europa, onde pensava que devia existir homens sábios, se é que existiam em algum lugar da terra. (Descartes, 1973, pp.38)

Descartes diz que essas regras devem ser orientadas pela dúvida, ou seja, tudo deve ser posto em dúvida e examinado a partir de suas regras, aquilo que não for passível de dúvida é considerado verdade. Assim, a primeira verdade a qual ele chega é a própria dúvida, pois, segundo ele ao duvidar da do ato de duvidar já está se fazendo uso da própria dúvida, e isso não seria possível, então a dúvida de e consiste como verdade (Descartes, 1973). E dessa afirmação decorre uma dedução lógica, que seria: se eu duvido, eu penso! Se eu penso, logo eu existo! Nesse curto fragmento dedicado ao pensamento cartesiano, temos alguns apontamentos que incidem, diretamente, nas elaborações metodológicas das ciências atuais, incluindo a ciência psicológica.

É inegável a importância de Descartes para uma afirmação de que o método traz conhecimento. Desta forma, seu pensamento constitui todo o pensamento

histórico da ciência. Porém, cabe a nós alguns apontamentos. Descartes trabalha com a noção de que existe uma verdade e que ela pode ser conhecida, deste modo essa verdade deve ser alcançada pela razão guiada pelo conjunto de regras metodológicas. Assim, aponta para uma concepção de verdade absoluta, o cogito. Outro apontamento é o conjunto de regra, como um manual a ser seguido que ele elabora para se obter conhecimento. Esses apontamentos não nos parecem familiares? A ciência atual não tenta atingir verdades absolutas, a partir de um conjunto rígido de regras? Até onde vai nossa compreensão, entendemos que pelo menos a ciência positivista está embebida desse vírus. E por último, no que se refere às deduções lógicas, vemos como Descartes faz a coisa se tornar lógica, mas não aponta a lógica da coisa. Isso, de se tornarem as coisas lógicas, mas não se preocupar com a lógica da coisa, apresenta-se nos dias de hoje, desde que amparado por um suposto método aceito pela comunidade científica, seja apresentado como ciência, possuindo algum grau de verdade (Kuhn, 1970).

Passando adiante, retrataremos as contribuições e nuances do empirismo para a construção do pensamento científico até os dias de hoje. Entendemos que os diferentes autores dessa corrente de pensamento têm singularidades imprescindíveis para a compreensão de cada um, porém abarcaremos essa corrente de forma mais ampla e geral.

O empirismo é uma corrente filosófica que leva a experiência sensível às últimas consequências. Para ele [o empirismo] só a experiência sensível é capaz de produzir conhecimento seguro, através da observação. Bacon (1999), por exemplo, vai dizer que não dá para confiar numa aptidão natural da razão para que se possa compreender o mundo. Tentando se afastar de qualquer modo das especulações

metafísicas, o autor vai propor o método indutivo-experimental, no qual ele elenca a necessidade de observar os fenômenos da natureza, até que se possa chegar a uma regularidade, assim podendo estabelecer relações entre os fatos observáveis, podendo fazer generalizações e, eventualmente, estabelecer uma lei geral de funcionamento.

Locke (1991), nos “Ensaio sobre o entendimento humano”, defende a ideia de que a só a experiência sensível é capaz de produzir conhecimento não passível de ser demonstrado, sendo, portanto, sempre conhecimento subjetivo. Caracterizando-se como um cético moderado, pois, para ele há conhecimentos que advêm das relações entre ideias operadas de forma lógica que podem ser demonstradas. Esses conhecimentos são restritos a algumas áreas, por exemplo matemática e geometria.

Por último, destacaremos alguns apontamentos de Hume. O filósofo diz que as ideias advêm das experiências sensíveis e que o grau de validade dessas percepções depende do tempo cronológico, ou seja, quanto mais próxima a experiência, mais nítida a percepção que se tem dela, quanto mais distante, menos nítida (Hume, 1984). Para o autor, essas percepções são sempre de caráter particular, e é na união com a palavra que se pode ter alguma generalização. Por exemplo, a generalização sobre o que é árvore decorre de uma amplitude de experiências singulares do fenômeno árvore, assim não existe uma ideia geral de árvore, mas sim uma palavra que generaliza todas essas experiências singulares. Assim, ele vai dizer que as palavras só têm significado na medida em que se referem a fatos concretos. A essas percepções, Hume vai chamar de questões de fato, uma das partes que constituem o conhecimento humano. A outra parte que compõe o pensamento humano, para Hume, são as chamadas relações entre ideias,

que se estabelecem no puro nível do significado, passível de demonstração. No entanto, essas deduções lógicas só são possíveis nos conhecimentos matemáticos (Hume, 1984).

Hume ainda vai criticar a noção de causalidade, pois ela não se apresenta no mundo como fato concreto, ou seja, a causalidade é atribuída por nós, por força do hábito da nossa mente. Com isso, Hume aponta que não há nada que garanta que o sol nascerá no dia de amanhã, nada causa isso, portanto não podemos ter certeza sobre isso, mas que devido a somatória de experiências vividas até o momento pode-se ter a probabilidade de que o sol nascerá amanhã. Desta forma, ele coloca como imprescindível a noção de probabilidade, quando se trata do conhecimento (Hume, 1984).

Com o exposto até aqui, é possível identificar como alguns aspectos elaborados por esses pensadores compõem o rol do desenvolvimento histórico das nossas ciências, até hoje: causalidade, generalizações, leis gerais, probabilidade, observação, demonstração numérica ou quantificação e etc. São palavras que, corriqueiramente, estão no discurso científico, no que diz respeito ao método. Retomaremos isso mais adiante.

De forma a tentar superar a contradição existente, entre o racionalismo e o empirismo, a chamada filosofia crítica de Kant faz uma síntese entre esses dois pensamentos. Kant num primeiro momento, vai dizer que até esse momento os filósofos estão preocupados em dizer o que é a realidade, antes mesmo de analisar o instrumento que analisa a realidade, a razão! Dessa forma, Kant anuncia a necessidade de se estudar a razão e suas possibilidades e limites, antes de compreender o que é possível ser apreendido por ela. Dessa forma, Kant retira a

realidade do centro da discussão e coloca a razão. Na filosofia kantiana, o sujeito determina o objeto, ou seja, não é o objeto que anuncia suas próprias regras de conhecimento, mas sim o sujeito que as elenca (Kant, 1781/2012).

O filósofo alemão vai dizer que a realidade não é passível de conhecimento pelas faculdades do conhecimento, ou seja, os fenômenos são sempre “para si”, pois não é possível conhecer a sua essência. Desse modo, a verdade em Kant, é sempre verdade subjetiva. Assim, o filósofo tenta fazer a união ou superação entre racionalismo e empirismo, dizendo que a razão pura não é capaz de ampliar o conhecimento. Deste modo, ele vai dizer que a faculdade do entendimento e da sensibilidade compõe o conhecimento. A sensibilidade seria composta pelas categorias de espaço e tempo em que o fenômeno se situa, e o entendimento seria composto por doze categorias: unidade pluralidade, totalidade (juízo da quantidade), realidade, negação, limitação (juízo da qualidade) substância e acidente, causalidade e dependência, comunidade e inteiração (juízo da relação) e possibilidade, existência e necessidade (juízo da modalidade) (Kant, 1781/2012). Assim, a razão possui essas categorias no seu funcionamento e o conteúdo da experiência sensível só pode ser organizado por essas faculdades. Dessa forma, apresentam-se os limites da razão. Para Kant, a razão é sempre razão fenomênica e nunca pode ser razão ontológica, já que a realidade não pode ser compreendida em sua totalidade e os fenômenos, são sempre fenômenos “para si”. Desse modo, Kant adota uma perspectiva epistemologicamente orientada (Tonet, 2013).

Com o exposto até aqui, não temos o objetivo de apontar qual matriz psicológica está inserida em cada corrente filosófica, até porque seria quase que impossível, mas sim, evidenciar que esses três grandes sistemas de pensamento

compõem toda a ciência psicológica e as demais ciências com o objetivo de contrapor a ideia de que o pensamento científico nada deriva da filosofia. E também, apontar que a opção por um determinado método decorre de uma concepção de mundo, uma concepção de verdade e uma concepção de sujeito. Não entendendo isso, e pegando só o chamado conjunto de regras ou deduções lógicas, está se incorrendo numa contradição interna.

No presente trabalho, achamos que essas correntes, e as que derivam delas em ciência, não são passíveis de compreender a totalidade das relações humanas e da realidade. Entendemos que elas, de certa forma, são parciais e acabam ao invés de apreender um o mundo em sua totalidade, produzindo generalizações de particularidades, que podem ser tomadas como o todo, produzindo um falseamento da realidade. Assim, faz-se necessário um método que seja capaz de apreender essa totalidade, e isso só é possível por meio do materialismo-histórico e dialético.

Frente, a isso, a constante pergunta: “como se usa o materialismo – histórico e dialético num trabalho científico?”, não faz muito sentido, de modo que essa questão espera como resposta um passo-a-passo ou um conjunto de regras a ser perseguido. A expressão do MHD em um trabalho científico só pode ser verificada se se entende a concepção de mundo, de verdade e de sujeito que estão implicadas nesse método. Assim, tal avaliação só se dá entendendo se esses pressupostos estão sendo empregados nas análises.

A questão do método em Marx: o materialismo – histórico e dialético

Para começar nossa reflexão sobre o método marxista, no qual o presente trabalho se inscreve, devemos fazer alguns alertas que já começam a compor nossa reflexão. O método marxista

“não é um conjunto de regras que se aplica a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada, nem, menos ainda um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme sua vontade para enquadrar seu objeto de investigação.” (Paulo Netto, 2011, pp. 52)

Para Marx, a realidade existe independentemente dos sujeitos e está em constante movimento, ou seja, é realidade material. Daí sua célebre frase de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário é o seu ser social que determina sua consciência (Marx,1859/2010). Assim, Marx anuncia a existência da verdade histórica determinada pela ação dos homens no mundo. Para Marx, a história não existe sem os homens. Marx (1867/2017) ainda afirma:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. (p.116)

Dessa forma, no MHD é preciso definir o que é a realidade antes de conhecer o que se busca. Pois, o conhecimento do objeto em sua totalidade (estrutura e desenvolvimento) só se dá dentro dessa trama de relações, caso contrário não será possível conhecer a totalidade do objeto, assim todo conhecimento será parcial. Deste modo, há que se conhecer a realidade para conhecer o objeto em sua

dinâmica dentro dela, e não conhecer o objeto para, então, tentar compreender o que é a realidade (Tonet, 2013). Partir do que é a realidade para a compreensão das múltiplas determinações que compõe o objeto é o que se define como perspectiva ontologicamente orientada (Chasin, 2010). Só desse modo é possível de compreender a lógica das coisas, e não entender as coisas fazendo deduções lógicas (Paulo Netto, 2011). O MHD é um método filosófico-científico (aliás, defende essa aproximação), que não obedece às tradições indutivas e nem dedutivas. O campo ontológico se constitui das relações de processos reais - é o campo da *práxis*. O conhecimento é ontologicamente orientado e deve apreender o objeto como elemento de uma totalidade. O objetivo desse método, portanto, é chegar à constituição ontológica do real, ao conjunto de relações contraditórias que determinam cada fenômeno (Chasin, 2010).

Assim, o método de Marx, constitui-se como uma postura essencialmente crítica, mas não no sentido de achar o “bom” e o “mau” das outras abordagens de seu tempo, no seu caso a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo utópico francês (Lenin, 1913/2006), mas sim, trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, seus condicionamentos e limites – ao mesmo tempo que se verifica esses conteúdos a partir do processos históricos (Paulo Netto, 2011). Neste sentido, Tonet (2013), afirma

Crítica, no sentido marxiano, significa sempre a busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas ou imperfeições. (p.11).

Deste modo, o método marxista tem como ponto de partida a aparência do objeto e, a partir disso, vai em busca das múltiplas determinações que fazem o objeto ser o que é, trazendo para o plano ideal. Após isso, verifica-se como esse objeto se configura na constituição ontológica - o real, qual o lugar dele, no real, quais as determinações históricas que o fazem ser o que é. Isso deve ser operacionalizado, a partir das categorias da totalidade, contradição e mediação (Paulo Netto, 2011). No nosso caso e no de Marx, a totalidade é a sociedade burguesa, que é dinâmica e contraditória e que está em relação com micro totalidades que formam a totalidade geral. Mas, essas relações entre as micro totalidades não diretas são sempre relações mediadas. Daí então, a nossa necessidade de apreender essas três categorias no processo investigativo.

Essa totalidade da realidade é determinada, historicamente, pela ação dos homens no mundo, mas, precisamente, no modo como produzem e reproduzem a vida. Dessa forma, vão fazendo história. No período histórico atual, só é possível a compreensão de cada fenômeno se se entende a dinâmica da sociedade burguesa, que se configura com o modo de produção capitalista, pois essa é base material da sociedade e do momento histórico atual. Desta forma, como grande parte da ciência psicológica, ateuve-se à produção de conhecimento em favor das classes dominantes (Parker, 2014), o presente trabalho está circunstanciado nessa dinâmica de luta de classes, sem qualquer pretensão de neutralidade. Porém, atendo-se à objetividade do conhecimento, tentamos fazer o percurso ao contrário do que a psicologia hegemônica tem feito, ou seja, o presente trabalho pretende-se se colocar na perspectiva dos oprimidos e explorados. Dessa forma, entende-se que um trabalho teórico, nessa perspectiva, muito tem a contribuir no sentido de engordar o

arcabouço de compreensão da realidade para os trabalhadores e trabalhadoras que estão inseridos na trama da luta de classes.

Por que a pesquisa teórica?

Num primeiro momento, a necessidade de trabalhos teóricos surge como uma demanda do grupo de pesquisa. Por ser um grupo bastante voltado para a prática e comprometido com a mudança da realidade social, de certo modo, a maioria das pesquisas está voltada aos contextos escolares e comunitários. Assim, surge a demanda de sistematizar melhor o conhecimento teórico que oriente a prática, de forma mais sólida, deste modo, concomitantemente a este trabalho desenvolvem-se mais trabalhos teóricos dentro do grupo de pesquisa. No caso específico desse trabalho, ele visa atender à necessidade de iniciar um diálogo entre os dois principais autores que sustentam teoricamente as ações em campo do grupo. Portanto é neste cenário de necessidade coletiva que se dá a produção deste trabalho.

Segundo Lima & Miotto (2007), a pesquisa teórica caracteriza-se como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

A pesquisa teórica então consiste em ter como objeto os conceitos em si da obra de um ou mais autores para a reflexão sobre eles, ou até mesmo, a produção de novos conceitos. Já a pesquisa bibliográfica é um levantamento do que se diz de um determinado assunto, ou o conjunto da obra de um autor ou mais. Dedicar-se a

(re)construir teoria, conceitos, ideias, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos. Não implica intervenção na realidade, mas cria condições para tal intervenção.

Para Marx, a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base das hipóteses que apontam para relações de causa/efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos empiristas e ou positivistas. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, como querem alguns pesquisadores pós-modernos (Paulo Netto, 2011).

Para Marx, a teoria é uma modalidade de conhecimento. É o conhecimento do objeto (estrutura e dinâmica), tal como ele é em si mesmo, na sua forma real e efetiva. A teoria é a representação ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. Pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e dinâmica do objeto. Deste modo, então, a teoria é também produção material.

Percurso argumentativo

Será feito um conjunto argumentativo que contemplará: a relação entre a vida e a produção de IMB e KH, a história dos conceitos como conceitos e suas relações e a história dos conceitos como fenômenos vivenciados pelo ser social e a sua relações manifestas no ser social. Em seguida, será realizado um conjunto

argumentativo de ordem epistemológica, ontológica e ética, de modo que seja possível compreender a convergência e divergência entre os autores supracitados (Martín-Baró e Klaus Holzkamp), Por fim, objetiva-se a elaboração de uma tríade de ação: fatalismo – capacidade de ação restritiva – capacidade de ação generalizada, o que constituirá relação de negação-oposição-superação desses fenômenos.

A caracterização dessa tríade da ação dos sujeitos, entendida respectivamente como reprodução e aceitação das relações sociais (fatalismo) – mudanças pontuais para problemas estruturais (saídas liberais/reformistas) (Capacidade de Ação Restritiva) e transformações das condições objetivas de vida, que forjam todo tipo de opressão (Capacidade de Ação Generalizada), almeja produzir um corpo de conhecimento que oriente a prática profissional de psicólogos em diferentes espaços.

Com isso, visa-se ter um corpo argumentativo que possibilite a defesa da presente tese. Entretanto, não há um procedimento com regras na construção destes argumentos, como nos lembra Marx. As fontes, as técnicas podem ser das mais diferentes ordens e dependem da demanda do objeto em questão. O que importa em última instância, é como se dará a condução da interpretação do leque argumentativo, que, nesse caso, está circunscrito ao materialismo-histórico e dialético, que se configura como real método dessa pesquisa, como ficou evidenciado pelas laudas anteriores.

2. Martín- Baró vida e obra

Sobre Martín-Baró

Martín-Baró, nasceu em 1942 na Espanha, na cidade de Valladolid. Aos 17 anos ingressa na Companhia de Jesus, vindo a se tornar um Jesuíta. Logo nos anos 60 é enviado à América Latina, para El Salvador. Em seguida, conclui sua formação em humanidades clássicas, mais precisamente em Quito, Equador. Já em 1964, na Colômbia, gradua-se em filosofia e letras, na Universidade Javeriana. No ano de 1966, regressa a El Salvador. Posteriormente, viaja para Frankfurt para iniciar seus estudos em Teologia, em 1968 continua a sua formação teológica em Louvain, Bélgica. Em 1969, volta pra El Salvador e no ano seguinte termina seus estudos teológicos e começa sua relação com a Universidad José Simeón Canás (UCA) (De La Corte, 2001).

Em 1975, Martín-Baró conclui a graduação em Psicologia pela UCA e em 1977 obtém o título de mestre em ciências sociais e em 1979 o de doutor⁷ em Psicologia Social e Organizacional, ambos pela Universidad de Chicago. Universidad essa marcada por ser o polo do pensamento liberal positivista (Dobles, 2009). Ao retornar dos EUA, Martín-Baró, assume papéis importantes na UCA, como o de vice-reitor, diretor da faculdade de Psicologia e Educação e de editor-chefe da ECA (Revista de Estudos Centro-americanos) (Oliveira et al., 2014).

Assim, foi com a realidade salvadorenha, uma realidade marcada pela desigualdade, injustiça, governos autoritários, guerra civil e com más condições materiais de realizações das aspirações da população (Martín-Baró, 1981), que Martín-Baró realizou a maior parte de sua produção acadêmica, longe da

⁷Martín-Baró, I (1979) Household Density and Crowding in Lower Class. Salvadorans. Doctoral Thesis, Faculty of Social Science, Department of Behavioral Science, University of Chicago.

tranquilidade e serenidade que se pressupõe em uma vida acadêmica encastelada em seu próprio fazer, na maioria das vezes distante da realidade concreta (Oliveira et al., 2014). Isso fica evidente numa carta que Martín-Baró envia ao conselho universitário da Escola de Psicologia da Costa Rica:

Las bombas contra nuestras instalaciones afectan muy gravemente nuestras ya difíciles finanzas, pero nos confirman también que representamos una voz significativa en el quehacer del país, y que nuestro trabajo académico en favor de los intereses mayoritarios de nuestro pueblo sigue teniendo un impacto. Por ello, estén seguros que la UCA seguirá firme en su trabajo universitario con el Pueblo salvadoreño en favor un futuro más justo y libre. (Dobles, 2009, pp.4).

O trecho anterior aponta para quais eram as condições de produção e de vida de Martín-Baró, que foi o fator essencial da motivação de sua produção.

A América Latina é marcada pela colonização ibérica, pela industrialização tardia, pela neocolonização americana na segunda metade do séc. XX, pelos sucessivos golpes militares e governos autoritários, pela dependência econômica (Lacerda Jr., 2014). E em El Salvador não foi diferente, na década de 70, diante dos acirramentos da luta de classes no país, onde a concentração de renda, se manifestava em números abissais, assim cria-se o terreno para a guerra civil na década seguinte. No começo da década de 1970, acontece um golpe de estado aplicado pelas forças conservadoras, derrubando um governo democraticamente eleito. No final dessa mesma década, outro golpe é dado frente à um levante que instaurou um governo que durou apenas 3 meses. No início da década de 1980,

depois de uma ofensiva armada dos movimentos populares revolucionários, instaura-se a guerra civil neste país (Martín-Baró, 2017b).

Neste cenário, é que se desenvolve a fase mais madura da obra de Martín-Baró, pois essa situação, necessariamente, convocava a todos da população a se posicionarem diante dos acontecimentos. E assim, ele esteve sempre do lado das maiorias oprimidas, tanto na produção de uma ciência psicológica para essa população, quanto em suas práticas religiosas.

Após o concílio do vaticano em 1968, ocorreu uma reviravolta na Igreja Católica, dando espaço então para o surgimento da Teologia da Libertação. Por mais que o papel histórico da Igreja Católica na América Latina tenha sido o de manutenção da ordem estabelecida, com o advento da Teologia da Libertação, foram possíveis experiências, não de forma dominante, nas quais a Igreja se colocava no polo oposto da luta de classes (Martín-Baró, 2017b). Assim, a Teologia da Libertação passou a assumir categorias sociológicas, como “violência Institucionalizada” e “pecado estrutural” (De La Corte, 2001). Martín-Baró (2011) aponta três princípios da Teologia da Libertação que ajudam a compreender o seu imperativo ético:

1- A afirmação de que o objeto da fé cristã é um Deus de vida e, portanto, que o cristão deve assumir como sua primordial tarefa religiosa promover a vida. Dessa perspectiva cristã, o que se opõe a Deus não é o ateísmo, mas a idolatria, isto é, a crença em falsos deuses que produzem a morte. A fé cristã em um Deus de vida deve buscar, por consequência, todas aquelas condições históricas que dão vida ao povo, e no caso concreto dos povos latino-americanos, essa busca de vida exige um primeiro passo de libertação

das estruturas sociais primeiro; pessoais depois – que mantêm uma situação de pecado, ou seja, de opressão mortal sobre as maiorias.

2- A verdade prática tem primazia sobre a prática teórica, a ortopraxis sobre a ortodoxia. Para a Teologia da Libertação, mais importantes que as afirmações são as ações e é mais expressivo da fé o fazer que o dizer. Portanto, a verdade da fé mostra-se em realizações históricas que evidenciam e façam crível a existência de um Deus de vida. Nesse contexto, adquirem toda sua significação histórica dos povos, das estruturas que os oprimem e impedem sua vida e seu desenvolvimento humano.

3- A fé cristã chama a realização de uma opção preferencial pelos pobres. A Teologia da Libertação afirma que Deus deve ser buscado entre os pobres e marginalizados e com eles e da perspectiva deles, viver a vida de fé. A razão para essa opção é múltipla. Em primeiro lugar, porque essa foi, concretamente, a opção de Jesus. Em segundo lugar, porque os pobres constituem as maiorias de nossos povos. Em terceiro lugar, porque somente os pobres oferecem condições objetivas e subjetivas de abertura ao outro e, sobretudo, ao radicalismo outro. A opção pelos pobres não se opõe ao universalismo salvífico, mas reconhece que a comunidade dos pobres é o lugar teológico por excelência, no qual se realiza a tarefa salvadora, a construção do reino de Deus. (pp. 190-191)

Sobre isso, Guareschi (2011) explica bem essa afirmação: “A Teologia da Libertação inspirou-se muito, em sua elaboração, no livro do Êxodo, que narra à libertação do povo judeu do domínio dos Faraós. A construção teórica foi feita com base em uma história acontecida, de uma prática realizada” (p. 57).

O que se pretende sinalizar com isso, são as motivações de Martín-Baró para a criação da Psicologia da Libertação e orientação de sua postura ético-política, mostrando que sua trajetória de vida, sempre esteve ao lado das maiorias populares e oprimidas. Mas, toda essa trajetória de compromisso social ao lado dos setores populares oprimidos custou um preço muito alto a Martín-Baró – sua própria vida. Na madrugada do dia 16 de novembro de 1989, ele foi assassinado, juntamente com seus companheiros jesuítas. Uma ordem vinda dos altos setores militares e dos assessores norte-americanos fora lançada para que fossem exterminados os intelectuais acusados de comunistas e terroristas que apoiavam as guerrilhas de resistência. Essa ordem de extermínio fora lançada em uma campanha na rádio, com difusão massiva. Segundo De La Corte (2001), tudo aconteceu muito rápido - os soldados invadiram a UCA na madrugada, indo até a moradia dos jesuítas, exterminando o reitor da UCA, Ignacio Ellacuría, Ignacio Martín-Baró e outros jesuítas que com eles compunham a administração superior da universidade (Sobrino,1990; Withfield, 1998).

A História do Termo Fatalismo

Fatalismo é uma palavra derivada do latim, *fatum*, que significa fado, estar fadado, profecia, vaticínio, destino inevitável. Algo é fatal quando inevitável, mas também quando é trágico, infeliz (Martín-Baró, 2017a). Neste sentido, a palavra carrega uma semântica dupla, da inevitabilidade e da tragédia. Assim, o fatalismo refere-se à compreensão de que a existência humana tem um destino

predeterminado. Assim, os sujeitos devem aceitar os diversos acontecimentos de sua vida, ficando à deriva da sorte.

O fatalismo assemelha-se à um determinado modo estoicista de dar sentido e se pôr frente à vida. Para um estoico não há motivo de desespero frente à dor e ao sofrimento, pois eles fazem parte de uma harmonia predeterminada do cosmo, submetida à um *logos* entendido como uma razão divina. Portanto, aquele que se revolta contra a sofrimento não compreende essa razão. Deste modo, cabe ao homem aceitar resignadamente os acontecimentos de sua vida (Russel, 1969). Assim, a noção de fatalismo na tradição ocidental, necessariamente está associada ao estoicismo.

É difícil precisar qual o percurso do termo fatalismo na obra de Martín-Baró, principalmente até o texto “O latino indolente: Caráter ideológico do Fatalismo”, em que o autor faz sua melhor síntese sobre o conceito. Porém, é possível achar alguns indícios. Como De La Corte (2001) já sinalizou, Martín-Baró tem forte influência da Psicanálise em um determinado período de sua obra. Quando chega ao período maduro de suas elaborações teóricas, ainda permanecem alguns resquícios dessa influência, porém, a maior influência da Psicanálise, nesse texto em específico, se dá por meio de Erich Fromm, que tem grande influência no conjunto de sua obra. É a partir do estudo de Fromm e Maccoby “Social Charater in Mexican vilage: A sociopsyoanalytic study” de 1970, que ele parte para suas elaborações sobre o fatalismo. Nesse estudo, Fromm e Maccoby, debruçam-se a um povoado mexicano com 162 famílias, usando a tipologia de Fromm sobre o Caráter Social (Martín-Baró, 2017a). Martín-Baró, identifica esse estudo como sendo um dos primeiros a tratar sobre a questão do fatalismo latino americano.

Outra obra que contribui centralmente para as elaborações sobre o fatalismo de Martín-Baró, é a “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, que teve sua primeira publicação em 1968. No tópico “A situação Concreta de Opressão e os Oprimidos” Paulo Freire (1968/2011) relata um pouco sobre o fatalismo latino americano que fica visto nos seguintes trechos:

[...] enquanto não chegam a localizar o opressor concretamente, como também enquanto não chegam a ser “consciência para si”. Assumam atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em que estão.[...] Esse fatalismo, às vezes, dá a impressão, em análises superficiais, de docilidade, como caráter nacional, o que é um engano. Este fatalismo, alongado em docilidade, é fruto de uma situação histórica e sociológica e não um traço essencial da forma de ser povo. [...] Quase sempre o fatalismo está referido ao poder do destino ou da sina ou do fado – potências irremovíveis – ou uma distorcida visão de Deus. (p.67)

Nesse texto de Paulo Freire, fica evidente um pouco da influência de Fromm, Marcuse e da escola de Frankfurt, no geral, com seus estudos sobre autoridade e obediência, estudos que também são citados na obra de Martín-Baró. Freire aponta, também, os estudos sobre o fatalismo como fenômeno da fé cristã no continente latino americano.

A partir dessas referências, é que Martín-Baró, começa a construir suas elaborações sobre o fatalismo, pelo viés da Psicologia. A partir disso, no próximo tópico, será apresentado, não mais o percurso do conceito, mas sim sua manifestação real e concreta no ser social.

A necessidade da Psicologia da Libertação

Para Martín-Baró foram colocadas algumas as necessidades de se construir uma Psicologia da Libertação, ou seja, uma Psicologia voltada para a realidade da América Latina. Essas necessidades são tanto de ordem teórica quanto prática e, portanto, faz-se necessária a apresentação de alguns apontamentos sobre essas duas dimensões. Sabemos que a Psicologia nasce em um tempo da valorização da subjetividade privatizada, na ascensão do liberalismo e do capitalismo e auge do movimento romântico alemão, portanto, surge carregada desses princípios éticos, epistemológicos, ontológicos e metodológicos que são do individualismo, do egoísmo inerente ao ser humano, o hedonismo e a liberdade individual a qualquer custo (Parker, 2007; Sloan & Moreira, 2002). Como afirma Chauí (1980), a ciência, se não for dotada da capacidade crítica, de perceber o movimento histórico da realidade, pode acabar como acaba na maioria das vezes, apenas descrevendo o movimento histórico sem entender as múltiplas determinações de que ele é fruto. Sendo assim, as ciências tornam-se um instrumento ideológico justificador da realidade, tomando como naturais os fenômenos históricos. E a Psicologia cumpriu exatamente esse trajeto, tornando-se um instrumento ideológico e ferramenta de dominação que presta serviço à classe dominante. Neste sentido, a Psicologia na América Latina consolidou-se pela dominação imperialista, ou seja, importando modelos já existentes vindos da realidade norte americana e europeia. Estas importações teóricas carregam a primazia da teoria sobre a prática, não sendo capazes de atender as necessidades do povo latino-americano. A Psicologia Latino

Americana, ao importar esquemas teóricos e práticos buscava adquirir um status de cientificidade e reconhecimento social, tomando, portanto, emprestada a bagagem conceitual, metodológica e prática mesmo que distante de sua realidade, esperando poder negociar com as instâncias sociais de cada país um status social equivalente aos dos norte-americanos (Martín-Baró, 2011). Essa psicologia não estava preparada para atender as demandas do povo latino-americano, pois sua realidade estava inserida em um contexto de pobreza, exploração, desigualdade e opressão.

Colocou-se então, a necessidade de uma Psicologia da Libertação, objetivando reverter o percurso histórico que psicologia tinha percorrido até então, e construir uma psicologia que estivesse comprometida com a libertação dos povos latino-americanos, libertação das estruturas sociais opressoras, seguida da libertação pessoal (Martín-Baró, 2011). A Psicologia da Libertação assume um compromisso ético por parte dos psicólogos com as maiorias populares (Martín-Baró, 1996a).

Outra questão que contribui para as elaborações de Martín-Baró é a referente à relevância social da psicologia no seu tempo. Isso acontecia não só porque a psicologia social já havia envelhecido diante dos problemas presentes na América Latina, mas sim, porque de fato ela nunca respondeu às necessidades das maiorias populares deste continente. Por outro lado, com início nos anos 60 e estendida às duas décadas seguintes as Ciências Humanas e Sociais viviam mundialmente uma crise paradigmática, pois em meio à guerra fria e com o advento do maio de 68, tais ciências foram postas em crise e obrigadas a se repensarem, com a psicologia não foi diferente (Roberttazzi, 2005). A América Latina nesse período era marcada fundamentalmente pelos processos ditatoriais que aconteceram em quase todos os

seus países. Neste cenário, o sofrimento e opressão eram presentes, manifestos por meio de guerras civis e forte repressão da classe trabalhadora e dos movimentos sociais de resistência. Diante disso, a psicologia precisava se posicionar e como confirmado por seu longo percurso, a psicologia hegemônica sempre se posicionou do lado do poder (Parker, 2014).

Nessa situação, concreta e objetiva, surge e se contextualiza a Psicologia da Libertação como movimento de crítica e proposta de construção de práticas científicas e profissionais que rompam com a condição de opressão e subjugação dos sujeitos. Diante disso, é possível destacar pelo menos três aspectos de Martín Baró para a proposição da Psicologia da Libertação: a dimensão epistêmico-metodológica, a dimensão ontológica e a dimensão ética.

O aspecto epistêmico-metodológico consiste na dimensão relacional como superação da dicotomia individual-social. Assim, propõe-se a compreender a questão social, a partir de uma perspectiva relacional-social e não individualizante (Guareschi, 2011). Trata-se de assumir o enfoque dialético em contraposição aos reducionismos e às dicotomias, o que ele chamou de Realismo Crítico (De La Corte, 2001). Sendo assim, sujeito e objeto ocupam a mesma posição, em uma relação dialética de determinação mútua.

Assim, diante de uma relação com a realidade dinâmica e dialética, faz-se necessária uma metodologia que acompanhe o ritmo dessas transformações da realidade (Goes, 2009). Segundo Oliveira et al. (2014),

“é imprescindível rechaçar a importação mecânica de conceitos e teorias formulados em outras sociedades diferentes das latino-americanas, isso leva a ignorar os problemas das maiorias populares. Examinar os problemas

específicos do povo oprimido com marcos teóricos, a priori, limita a capacidade de compreensão de tal realidade. (p.12).

Acerca disso, Martín-Baró (1998b) acentua:

Que no sean los conceptos los que convoquen la realidad, sino la realidad la que busque a los conceptos; que no sean las teorías las que definan los problemas de nuestra situación, sino que sean esos problemas que los que reclamen y por así decirlo, elijan su propia teorización.” (p. 314)

No que tange a dimensão ontológica, a Psicologia da Libertação propõe um modelo de homem, de acordo com a realidade da América Latina, que, como trata Martín-Baró (1998a), é um sujeito agente da sua própria vida, responsável, tanto por seu próprio destino como pelos processos sociais dos quais participa, ou seja, um sujeito histórico. Entende-se então, a realidade como fruto de processos históricos, inserida na dinâmica da luta de classes. Ao lançar mão da historicidade há três consequências para a psicologia: a) o reconhecimento das particularidades espaço-temporais que condicionam as questões humanas; b) o favorecimento de uma concepção de ser humano como agente de sua própria vida, responsável tanto por seu destino quanto pelos processos sociais de que participa; c) a superação da consequência das ideias positivistas, chamada por ele de cegueira para a negatividade que consiste na naturalização de processos sociais (Martín-Baró, 2000). Esta cegueira para a negatividade é característica da análise do positivismo, pois, este só engendra a sua análise nas coisas como elas se apresentam, e não também como elas podem ser, dimensão que é negada pelas coisas como elas são. O resgate da historicidade é fundamental para essa superação, afirmando assim a sua concepção ontológica (Martín-Baró,1998b).

Por último, a dimensão ética, que talvez seja uma das questões mais emblemáticas na obra de Martín-Baró, por trazer consigo um novo modo de fazer psicologia na América Latina.

O próprio contexto histórico, no qual surge a Psicologia da Libertação, já se remete a uma opção ética. Esse contexto referiu-se à situação da América Latina de morte, de desespero, de subdesenvolvimento, de doenças, de mortalidade infantil, no qual havia uma situação de indignidade, que agride o ser humano (Guareschi, 2011). No ocidente, a partir da modernidade, desenvolveu-se uma ideia de que a ciência é neutra (Martín-Baró, 1998a, Martín-Baró 1998b). No entanto, toda ação tem um conteúdo ético, toda ação é uma ação ética (Guareschi, 2011).

As posições éticas revelam-se em ações que acompanham o fluxo da maré ou remam contra ela, o que fica mais em evidência quando se opta por esse lado, mas as duas ações são éticas – manter a ordem ou transformá-la (Oliveira et al., 2014). Neste sentido, o Paradigma da Libertação propõe-se a balançar as estruturas (Osório, 2011), mexer nas relações de poder e de dominação, nas relações de opressão e, por fim, transformá-las, proporcionando, assim, a libertação aos povos que estavam e estão nessas condições.

Constituição psicológica do Fatalismo: modos de [não] ação

“Los modos materiales de existencia se transforman en ideas en el cerebro de los hombres” (Karl Marx)

O capitalismo é marcado pela contradição entre classes sociais com interesses contraditórios. E essa relação envolve a constante disputa pelo poder. Mas, é evidente que ao longo de seu desenvolvimento histórico uma das classes tem sido atacada e subjugada, sistematicamente, pois, essa disputa não acontece de forma “justa” e igual. A classe dominante é portadora dos modos de produção e de toda a superestrutura que emerge a partir dele. Com isso, o capitalismo é o sistema que privilegia esta classe (a burguesia). Marx e Engels (1848/2008) afirmam que “a condição essencial para a existência e a dominação da classe dominante é a concentração de riqueza nas mãos particulares, a formação e multiplicação do capital; e a condição de existência do capital é o trabalho assalariado” (p. 29). Segundo Marx (s/d) citado por Lessa e Tonet (2004), a única forma de produzir capital é por meio da força de trabalho, que o trabalhador troca por um salário. Mas, esse salário não equivale ao que o trabalhador produz e sim apenas para dar manutenção às condições básicas de vida, para que continue vendendo sua força de trabalho. Como o salário não é realmente equivalente ao valor real que o trabalhador produziu, o capitalista se apropria de todo esse valor restante acumulando o seu capital. Ou seja, o lucro se torna apenas privado na medida em que o capitalista se apropria dele, sendo que ele foi produzido coletivamente.

Sob esse olhar, fica nítida a desigualdade social que é inerente ao sistema capitalista, no qual a classe dominante detentora dos modos de produção se apropria de toda a riqueza, que é produzida coletivamente, enquanto a maioria das pessoas, a classe dominada, se submete à venda de sua força de trabalho, e ainda arcando com todas as mazelas oriundas do capitalismo. Sloan (2009) afirma que no

capitalismo os meios são possuídos individualmente, os lucros obtidos são apropriados e acumulados por proprietários individuais ou grupo de proprietários. Sendo assim, os lucros, que são capital excedente da produção, não retorna aos trabalhadores.

Oldrini (2004) e Tonet (2005), citados por Euzébios Filho e Guzzo (2009), afirmam que, focalizando a análise no sistema capitalista, a desigualdade social, na forma como se apresenta atualmente, corresponde, primeiramente, a uma crise estrutural que envolve, certamente, determinados valores e ideologias, mas que encontra sua matriz nas relações de produção, quais sejam nas relações sociais estabelecidas por meio do trabalho assalariado.

Os processos de subjetivação das relações de poder: os modos de ação

O tópico anterior pode soar simplista, mas não é nosso objetivo aqui estudar a fundo os modos de produção capitalistas, mas sim explaná-los para compreender a base material e histórica que estrutura os modos de subjetivação e produção das subjetividades no nosso tempo. **Acima de tudo, nos interessa entender que estruturalmente as relações no capitalismo, hegemonicamente, são relações de poder.**

Neste sentido, as subjetividades são constituídas obedecendo essa lógica de estruturação, pois, internalizam essa relação. Vygotsky (2002) aponta que toda função psicológica foi antes uma relação social.

O que devemos nos atentar e sem incorrer no erro de cair em mecanicismos, é que quando se trata dos processos de subjetivação, os sujeitos internalizam,

independentemente de sua classe social, ambos os modos de relacionar: o da dominação e o da servidão. Pode-se fazer um comparativo com a metáfora da “Dialética do Senhor e do Escravo” tratada por Hegel na *Fenomenologia do Espírito*. Neste texto, o autor traz a ideia geral, de forma metafórica, que uma posição carrega aspectos da outra. Hyppolite (1999) revela de tal metáfora sua notável beleza e importância psicológica e política:

A exposição da dialética da dominação foi feita muitas vezes. É talvez a parte mais célebre da Fenomenologia, tanto pela beleza plástica do desenvolvimento quanto pela influência que pôde exercer sobre a filosofia política e social dos sucessores, em particular sobre Marx. Consiste, essencialmente, em mostrar que o senhor revela-se, em sua verdade, como o escravo do escravo e o escravo como senhor do senhor. (pp. 187)

Deste modo, entendemos que a metáfora serve bem para à compreensão da estruturação dialética das subjetividades. Essas relações são manifestas por meio da ação dos sujeitos no mundo. É no seu agir que se prefigura a ação de [não]poder. O que dita se a posição é de “Senhor” ou de “Escravo”, ou seja, de dominação ou de dominado é a posição que os sujeitos ocupam na relação de poder (Smolka, 2000). Por exemplo: o operário que se assujeita frente a truculência de seu chefe, mas agride sua esposa e filhos no interior de seu lar. Neste exemplo, as relações de poder, historicamente constituídas chefe-empregado e homem-mulher, localizam o mesmo sujeito em posições diferentes, ora “escravo”, ora “senhor” e a sua subjetividade se manifesta através das ações.

Um outro exemplo de internalização das relações de poder como componente da subjetividade e modo de ação, foi brilhantemente abordado por Freud ao tratar da

temática do complexo de Édipo. De maneira alguma foi objetivo do autor, mas entendemos que ele fez uma boa leitura dos modos de constituição da subjetividade no capitalismo. Compreendemos, a partir da nossa perspectiva, que o complexo de Édipo deve ser entendido como uma relação de poder. Pois, a figura do homem no âmago da família nuclear burguesa e machista exerce todo seu “senhorio”, de modo que a criança e a mulher ocupam a posição de dominadas, devido a constituição histórica dessa relação: dominação das mulheres pelos homens e dominação das crianças pelos adultos. Mas de modo que a criança que vivencia essa relação de dominação, internaliza a lógica dialética do poder, quando se trata da ação de dominação do seu pai sobre si, aquilo que Freud chamou de castração, e a posição de dominada que é própria sua naquele momento. Nessa primeira relação que a criança estabelece e com as outras ao longo de sua vida, a subjetividade vai se constituindo historicamente, a partir das bases materiais do modo de produção, como dialética das relações de poder. Isso fica visto nos exemplos anteriores.

Desta maneira, tentamos realizar alguns apontamentos de como as relações estruturais no capitalismo são relações de poder e que deste modo, forjam as condições materiais para se tornarem relações de poder subjetivas, que por sua vez, acabam tendo impacto no desenvolvimento dos sujeitos. Daí a exigência de uma psicologia que tenha como horizonte um projeto político e de sociedade que supera essa má relação Senhor-Escravo instaurando uma relação de igualdade, que tenha como objetivo a supressão das relações de dominação, não só do ponto de vista subjetivo, mas acima de tudo, do ponto de vista estrutural, pois esse último é o alicerce do primeiro.

O Fenômeno do Fatalismo para Martín-Baró

O contexto da realidade no modo de produção capitalista, como apontamos anteriormente, é marcado pela desigualdade social. No Brasil e na América Latina os traços de colonização perpassam ao longo de sua história. Estabelece-se, assim, uma sociedade marcada pela alienação e opressão, que configuram a estruturação das relações de poder. Desta forma, esse cenário se torna campo fértil para o surgimento de um fenômeno psicossocial chamado fatalismo. O fatalismo é um processo que anestesia o indivíduo perante a realidade fazendo com que ele a aceite sem questioná-la e, portanto, tomando a realidade como imutável. Freire (2000), afirma que o fatalismo paralisa o homem diante da história e o faz renunciar à capacidade de pensar, de escolher, de decidir, de projetar e de sonhar. O indivíduo se vê com um futuro já traçado, portanto, dá-se a incapacidade de se agir perante a mudança do mesmo.

Dentre tantas temáticas as quais Martín-Baró se dedicou⁸ o Fatalismo está entre os temas centrais de sua obra. O autor entende que o Fatalismo se revela como uma forma peculiar dos sujeitos darem sentido à sua relação consigo mesmos, com o mundo e com os fatos de sua existência (Martín-Baró, 2000). O autor propõe um triplo caráter para o fenômeno: ideal, afetivo e comportamental. Essa síntese pode ser vista no quadro abaixo:

⁸ Para conhecer as temáticas de estudo de Martín-Baró ver De La Corte (2000).

Idéias	Sentimentos	Comportamentos
A vida está pré-definida	Resignação frente ao próprio destino	Conformismo e submissão
A própria ação não pode mudar esse destino fatal	Não se deixar afetar emocionalmente pelos sucessos da vida	Tendência a não fazer esforços e a passividade
Um Deus distante e todo poderoso decide o destino de cada pessoa	Aceitação do sofrimento causado pela dureza do próprio destino	Presentismo, sem memória do passado e nem planejamento do futuro

Fonte: Martín-Baró, I. (2017a) O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano.

Martín-Baró define o Fatalismo muitas vezes como Atitude. É certo que entendemos que o autor usa o termo pela sua influência da Psicologia Social norte-americana (Guareschi, Roso & Amon 2016). Mas, de forma alguma ele tenta traduzir o Fatalismo como “atitudes – compreendidas como disposições individuais -, opiniões e, em decorrência, dos comportamentos observáveis; em que a dimensão coletiva das ações humanas era abarcada principalmente pela soma das atitudes individuais” (Guareschi, Roso & Amon 2016. p. 556.) Ou como na definição de Allport de 1935, entendida como disposições individuais. Isso fica evidente devido às duas críticas que Martín-Baró faz à psicologização do Fatalismo: referente ao caráter latino-americano e à cultura da pobreza.

No que tange à questão do caráter latino-americano, o autor assinala que algumas perspectivas teóricas, sobretudo o viés desenvolvimentista da DASAL (Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina), que entende o Fatalismo como uma das atitudes e características da população marginalizada, que impede sua inclusão no mundo moderno (Martín-Baró, 2017a). Desse modo, o povo latino-americano possuiria alguns traços de personalidade ou de caráter que produziriam o Fatalismo. Um exemplo disso, são as argumentações de que os povos

latino-americanos teriam uma baixa motivação de realização, que não careceriam dessa ambição ou ímpeto, em outras palavras, não possuiriam o espírito calvinista europeu. Assim, este povo é entendido como preguiçoso, irresponsável, mais emocional e menos racional. Portanto, essas características seriam aquelas que impedem seu desenvolvimento no sentido da sociedade moderna. Essa conceituação se assemelha, com a crítica feita por Souza (2017), à noção de “homem cordial” muito difundida no pensamento social brasileiro. No qual, a corrupção e a confusão entre o público e o privado se dão por características do povo brasileiro, que usa mais a emoção do que a razão. Souza (2017) ainda afirma, que essa supremacia da razão sobre a emoção é a perpetuação de um ideal platônico que estabelece que as emoções são opostas a razão e que devem ser controladas por ela. Dessa forma, esse ideário alimenta esse pensamento no campo das ciências sociais (incluindo a psicologia).

Outra perspectiva que tende a psicologizar o Fatalismo, é o entendimento a partir da cultura da pobreza. Esse entendimento atribui ao desenvolvimento de certas pautas culturais que foram necessárias em algum momento para se sobreviver, mas que ao serem reproduzidas tendem a perpetuar as condições que as produziram, num ciclo vicioso (Martín-Baró, 2017a). Essas condições são matricentrismo e abandono paterno, forte predisposição ao autoritarismo, inexistência de infância com período prolongado, sentimentos de marginalidade, dependência e impotência.

Neste entendimento, a cultura da pobreza é algo maior que a pobreza, de modo que essa cultura foi produzida pela pobreza em si, mas que criou valores que ideias que acabam por reforçar e perpetuar a própria condição. Assim, nesta

abordagem, o que se tem como pressuposto é que mesmo quando as condições sociais evoluem, o indivíduo manterá a sua indolência fatalista (Martín-Baró, 2017a). Assim, uma vez estabelecida a cultura da pobreza, ela será causa do Fatalismo da população, independente das condições sociais mudarem ou não.

Assim, tanto na perspectiva do caráter latino-americano quanto na da cultura da pobreza, o Fatalismo teria suas raízes mais no psiquismo das pessoas do que no funcionamento das estruturas econômicas, políticas e sociais (Martín-Baró, 2017a). Dessa maneira, o psíquico seria o fundamento da estruturação social e não o inverso. A não inclusão ou não integração das populações marginalizadas na sociedade moderna, dependeriam então dos traços de caráter e da cultura de pobreza e, não da natureza do sistema social.

Essas duas perspectivas de entendimento do Fatalismo, além de produzirem um conhecimento psicologizado do fenômeno, acabam por produzir um estereótipo das majorias latino-americanas, pois aponta para uma naturalização do ser latino como folião, inconstante, irresponsável e religioso. Ainda acerca da psicologização do Fatalismo é possível dizer, que ele pode ser entendido como impotência. E a psicologia, tradicionalmente, tratou a impotência associada a psicopatologias surgidas de defeitos individuais, ou seja, culpa-se aqueles que são assujeitados de sua existência em um sistema de exploração que, na realidade, ao vivenciarem tais situações sentem-se incapazes de mudar sua realidade (Guzzo & Lacerda Jr., 2007).

Diante disso, Martín-Baró (2017a) diz que é preciso então abandonar a compreensão estereotipada do Fatalismo, em favor de uma compreensão do

Fatalismo como atitude síntese de três dimensões: a impossibilidade de mudança, a internalização da dominação social e o seu caráter ideológico.

A impossibilidade de mudança das estruturas sociais e da própria vida se caracteriza como uma das dimensões que produzem o Fatalismo. Martín-Baró diz acerca disso “ as raízes do fatalismo jazem, não na rigidez psicológica de indivíduos mas no caráter imutável das condições sociais nas quais pessoas e grupos vivem e são formados” (Martín-Baró, 1996a, p.217). No seu texto sobre as aspirações (Martín-Baró, 1981) ele ainda diz que a classe média salvadorenha aspira ao modo de vida das classes dominantes mas que as condições econômicas e sociais de El Salvador são incapazes de satisfazer essas aspirações, de modo a produzir um ciclo de frustração que contribui para a estruturação do Fatalismo. Neste sentido Cidade e Ximenes (2012) contribuem: “o fatalismo engendra comportamentos, ideias e sentimentos de modo a permitir que os sujeitos reajam aos consequentes esforços frustrados em mudar o curso da vida. No imaginário dos indivíduos, são formulados conjuntos de leis, justificativas e modelos explicativos com o interesse de dar conta de uma realidade, que parece impossível de ser transformada após inúmeros investimentos fracassados” (p. 81).

A impossibilidade de mudança na vida das maiorias populares latino-americanas se deve então à condição dos países da América Latina como afirma o próprio Martín-Baró (2017a) ao reivindicar a Teoria da Dependência⁹, e conclui dizendo que a imutabilidade das condições de vida é resultado do modo como as estruturas sociais se organizam no modo de produção capitalista. Deste modo, a constante ausência de um campo da possibilidade de ação no sentido da

⁹ Para mais informações ver: CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1977) *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

transformação, mesmo que mínima, das condições de vida, são uma das condições fundamentais para a estruturação e desenvolvimento do Fatalismo como Fenômeno psicossocial.

A segunda dimensão que compõe o fenômeno do Fatalismo é a interiorização¹⁰ da dominação social. Anteriormente neste trabalho já se pode ver alguns apontamentos de como as relações de poder e a dominação são interiorizadas, mas cabe aqui mais algumas considerações.

A relações sociais nos países latino-americanos estão estruturadas de modo que despojam a maioria da população dos recursos mínimos para uma vida digna (Martín-Baró, 2017a). A existência da propriedade privada é o que efetiva esse despojamento permanente das maiorias. Assim, não é possível discernir e decidir sobre seu próprio destino. Frente a essa base material de dominação, os sujeitos se desenvolvem. Sendo assim, internalizam esse processo. Assim, por meio do Fatalismo é possível dar sentido à própria vida, por mais deplorável que seja. O fatalismo é configurado enquanto forma adaptativa, caminho viável aos indivíduos para aceitação de condições de vida causadoras de sofrimento, podendo estar, na égide fatal, a incerteza, a insegurança, a resignação, a conformidade e a apatia, que representam maneiras encontradas pelos sujeitos de entrar em contato com a realidade (Blanco y Díaz, 2007).

Neste sentido, com a internalização da dialética das relações de poder que sustenta as ações dos sujeitos a partir dos motivos e significados, as relações sociais de dominação quando submetem os sujeitos somente a esse tipo de vivência, acabam por retirar toda e qualquer possibilidade de ação deles. Com isso

¹⁰ A utilização do termo interiorização se deve pelo fato de ser o termo usado por Martín-Baró nesse contexto.

“pessoas sem poder são normalmente exploradas por grupos econômicos poderosos” (Joffe & Albee, 1981, p.322 citados por Guzzo & Lacerda Jr., 2007). Cenário esse que anuncia um ciclo vicioso de relações de dominação, que retira toda a capacidade de ação dos sujeitos dominados, sistematicamente.

Sendo assim, a psicologia do fatalismo tem uma utilidade política, que por muito tempo a psicologia sustentou apresentando o que é, na realidade, **a internalização da dominação social**, como traços característicos de personalidade (Martín-Baró, 2017a)

Neste sentido, as pessoas que vivenciam as situações de exclusão e dominação próprias do sistema vigente perdem a capacidade de serem autores e atores da própria vida, devido ao modo de subjetivação que tem como elemento principal o sofrimento Fatalista.

Sobre isso ainda, Paulo Freire (2011/1968) mostrou o papel que o Fatalismo desempenha na situação do oprimido. Este último encontra-se em uma realidade de despossessão e impotência (Freire, 1968/2000), que aparece como situação-limite que não pode ser superada (Martín-Baró, 2017a). Por não conseguir apreender em sua consciência as raízes de sua situação o indivíduo interpreta sua impotência como constatação de que ele mesmo carece de valor pessoal, diferentemente da figura poderosa do opressor, para a qual tudo parece possível. Assim, o oprimido estabelece uma relação de atração irresistível pelo opressor, que se converte em modelo de identificação, cujos imperativos são respondidos com docilidade (Freire,1968/2000). Fanon (1972) no mesmo sentido de Paulo Freire, diz que a situação de dominação é introjetada pelos indivíduos e que via de regra se

explodem contra seus pares ou outros sujeitos que estão em uma posição social de menor valor.

Passamos à última dimensão que compõe a gênese do conjunto sintético que é o fenômeno do Fatalismo: o caráter ideológico. A ideologia não é simplesmente mera superestrutura, mas um importante elemento na configuração social como afirma o próprio Martín-Baró (2017a). De fato não é um conjunto de concepções que produz a dominação, mas esse mascaramento da realidade contribui e fomenta a dominação social. A ideologia, precisa de base material para ser produzida, ou seja, não é possível um conjunto ideológico afastado de um processo histórico (Chauí 1980). Deste modo, o caráter ideológico do Fatalismo faz com que se atribua a postura de conformismo e submissão, induz um comportamento dócil diante daqueles que têm poder o que facilita a dominação, pois não é preciso o uso recorrente da repressão violenta (Martín-Baró, 2017a).

A ideologia canaliza os interesses da classe dominada, no próprio psiquismo, o que contribui para a sua alienação, já que os sujeitos interpretam o mundo ideologicamente a partir da sua perspectiva alienada. Cidade e Ximenes (2012), assinalam sobre isso afirmando que talvez o “Fatalismo seja a forma mais perniciosa e taciturna da alienação” (p.87).

Após apontar as três dimensões constituintes do Fatalismo, é possível ver como esse fenômeno é de ordem psicológica, mas que tem suas raízes nas relações sociais, se configurando com fenômeno psicossocial. Dessa forma, inverte a lógica dos apontamentos sobre a psicologização do Fatalismo, pois não é o psiquismo que formula ou mantém as condições sociais, mas sim, as condições/relações sociais que constituem o psiquismo.

3. Klaus Holzkamp e o conceito de Capacidade de Ação

Klaus Holzkamp ingressou como docente na Universidade Livre de Berlim em 1949, como colaborador no Instituto de Psicologia, se dedicando à Psicologia da Expressão (mímica, gesto e linguagem corporal), tudo isso dentro do terreno da chamada Psicologia Experimental. Também colaborou com estudos sobre preconceitos nacionais, em 1957 doutorou-se e foi nomeado professor de Psicologia Social (Markard, 2016).

Na década de 60 iniciaram seus primeiros trabalhos com a ênfase na crítica às bases teórico-metodológicas da Psicologia, principalmente no que tange à observação e as relações causais. Mas adiante Holzkamp reconheceu que a crítica à Psicologia pura e simplesmente direcionada à questão teórico-metodológica, coloca-se numa concepção que não entende o conhecimento como um aspecto da apropriação objetiva da natureza por meio do processo histórico (Markard, 2016).

Confrontado com as ações do movimento estudantil na década de 1960, Holzkamp foi obrigado a rever sua ação científica e formulou então “quem se dedica a Marx num plano teórico e não se transforma em um prático, não o terá entendido” (Markard, 2016, p.12). Assim, ele que se dedicava à crítica à Psicologia do ponto de vista de suas bases, pode ver a insuficiência dessa crítica, se não avançasse para a crítica à sua função social, ou melhor, fazer a crítica à Psicologia, tem que culminar automaticamente na crítica da sociedade capitalista, para quem se propõe uma perspectiva emancipatória.

As disputas políticas dentro da Universidade de Berlin, no campo da Psicologia devido à constante confrontação crítica de Holzkamp e seus colegas, fez com que as frações conservadoras fundassem um outro instituto (Institut für Psychologie), paralelo ao tradicional Psychologische Institut, que mais adiante, em 1995, seriam reunificados, pondo fim aos espaços críticos e prevalecendo a Psicologia Hegemônica (Markard, 2016).

A partir da década de 1970, o clima no Psychologische Institut, instituto progressista, era de democratização e participação e alta produção teórica, onde surgiram projetos de investigação amparados pelas necessidades da população. Porém, ali aconteceria, a divisão de duas posições acerca da Psicologia, devido ao entendimento sobre a questão emancipatória. A primeira que entendia que a crítica deveria se dirigir à função social da Psicologia e à seus esquemas teórico-metodológicos, que foi nomeada de kritische Psychologie, com “k” minúsculo. A segunda, na qual se inseria Klaus Holzkamp, era denominada de Kritische Psychologie, com “K” maiúsculo, e tinha como proposta a criação de uma Psicologia Marxista (Markard, 2016). Por meio da reconstrução não só da história da Psicologia, mas principalmente da história do psiquismo humano, a partir do método lógico-histórico marxista, para tal realização é possível afirmar a grande influência de Leontiev no pensamento de Holzkamp.

Em 1983, Holzkamp atingiu o auge de sua produção quando publicou “Grundlegung der Psychologie”, sua principal obra na qual caracteriza a Psicologia Crítica, como a ciência marxista do sujeito, tendo como categoria central a “Capacidade de Ação”. Já na década de 1990, Holzkamp veio a falecer, deixando a

cargo de seus colaboradores e de sua esposa Ute Osterkamp, a tarefa de continuar e divulgar a suas obras.

Capacidade de ação

Nesse tópico será tratado, o que foi considerado como a categoria central da Psicologia Crítica (entendida como Ciência Marxista do Sujeito), a capacidade de ação. O constructo teórico conceitual da Psicologia Crítica, que objetiva analisar as relações na sociedade capitalista, aponta que os sujeitos são necessariamente submetidos às possibilidades de ação. Essas possibilidades se dão conforme a situação concreta das relações que os sujeitos contraem ao longo de sua existência (Holzkamp, 2016).

Desse modo, para os sujeitos, existe uma dupla possibilidade de ação. Uma de modo restritivo - capacidade restritiva de ação - e outra de modo generalizado - capacidade generalizada de ação (Holzkamp, 2016). No que tange ao modo restritivo, é possível dizer que o sujeito age dentro das possibilidades que lhe são concedidas de forma imediata, reproduzindo a lógica social. Já na capacidade generalizada de ação, o sujeito age de modo coletivo, podendo ampliar ou reformular o campo das possibilidades de ação, não mais agindo dentro do leque de possibilidades de ação que estava disponível de maneira imediata.

Nesse sentido, para a compreensão dos modos de agir dos sujeito é preciso a investigação de onde, como, por que, sob quais condições e em que relações o sujeito é capaz de agir atentando contra os próprios interesses, sabotando a própria vida. Ainda nesse caminho, é preciso também entender o que faz com que os

sujeitos não ampliem suas possibilidades de ação, não percebendo-as, fugindo ou reproduzindo comportamentos práticos e funcionais à reprodução da ordem capitalista (Holzkamp, 2016).

O par conceitual “capacidade restritiva de ação” e “capacidade generalizada de ação” são mediadas pelas razões, fundamentos ou motivos subjetivos. O que as diferencia é o nível das mediações e quais mediações. A capacidade generalizada de ação aponta para a ampliação do controle sobre as próprias condições de vida. Já a capacidade de ação restritiva, é uma ação fundamentada que tenta superar as possibilidades atuais de ação, mas não amplia o controle próprio, atendo-se ao marco de possibilidades de ação existentes, assim se firma dentro das relações de poder existentes, sem superá-las (Holzkamp, 2016). Estabelecendo essa contradição, é possível afirmar então, que a capacidade restritiva de ação só pode ser experimentada porque existe seu par oposto dentro do próprio campo subjetivo de ação.

Faz-se necessário entender que, tanto um quanto outro conceito, só podem ser entendidos, a partir do ponto de vista do sujeito. Holzkamp assinala grande importância a isso em sua obra (o ponto de vista do sujeito). O autor quer dizer que todos os sujeitos possuem razões únicas para agir, o fato de que todos estamos submetidos a mediações diferentes, apesar de compartilharmos um série de mediações em comum, o modo como as mediações atuam nos sujeitos os constituem de maneira extremamente singular (Holzkamp, 2016). Assim cada indivíduo, ao longo de sua existência constrói a sua própria história de vida de maneira singular, formando a história fenomênica do sujeito. Porém, toda história fenomênica de um sujeito ou de um grupo, está submetida à história ontológica desse mesmo sujeito ou

grupo. Então, a história ontológica seria o percurso de formação da sociedade ao longo de seu desenvolvimento e transformação (Holzkamp, 2016). Assim, toda história fenomênica, mesmo com seu caráter extremamente subjetivo e singular, está submetida à história ontológica. Isso clareia, de certo modo, o nível das mediações que os sujeitos estabelecem. A partir disso, o ponto de vista do sujeito é construído de maneira singular e única respeitando a história ontológica. Exemplo disso, é que todos nós somos sujeitos diferentes, mas estamos submetidos à arena do capitalismo. E também com mediações diferentes: as classes sociais que ocupamos, o lugar geográfico que habitamos, o gênero a raça e as relações intersubjetivas que estabelecemos.

Voltando ao par conceitual em questão, Holzkamp (2016) adverte que há a possibilidade de se interpretar erroneamente, no sentido de caracterizá-los como tipologia, ou seja, classificar sujeitos que agem de maneira restritiva ou generalizada.

Assim, é preciso estabelecer a relação dialética entre os conceitos, pois todos os sujeitos agem dos dois modos, o que determina isso é a situação concreta de ação, mediada pelas razões e fundamentações. Desse modo, é preciso elucidar as formas de enfrentar a situação, como também os mecanismos de defesas próprios de certos esquemas de fundamentação (Holzkamp, 2016). Por exemplo, se a ameaça passa a ser o centro da existência do sujeito, nesse caso há predominância de esquemas restritivos para as fundamentações, com razões contraditórias para a ação. Assim, o indivíduo pode fazer concessões à ameaça ou pode afrontá-la.

Nesse sentido, é possível ao sujeito agir de acordo com as instâncias de poder, ou seja, dentro do campo de possibilidades de ação que essas instancias permitem, como num “salve-se quem puder”. Por exemplo, o sujeito que pode trair seus companheiros trabalhadores de uma fábrica para angariar melhor condição de vida, porém esse mesmo sujeito vai continuar submetido à lógica da exploração da sociedade capitalista, mesmo que desfrutando de algumas migalhas, isso talvez desenhe bem o que consiste a capacidade de ação restritiva. Sem julgamento moral com relação a ação exemplificada, mas o sujeito atua dentro de um campo de possibilidades dada tentado alterar angariando alguma transformação em sua vida individual. Mas em última análise, atua contra seus próprios interesses, que seria o de controle e transformação das possibilidades de ação, pois reafirma a lógica social da dominação. Podemos dizer que esse modo de agir se caracteriza como uma ação liberal-reformista no governo de si.

De modo contrário, a capacidade generalizada de ação só é possível no âmbito coletivo, pois só assim é que se pode fazer a transformação das possibilidades de ação e obter o controle da própria vida e de suas condições Holzkamp (2016).

4.Sobre Fatalismo e Capacidade de ação – nexos importantes para a Psicologia

Chegado a esse ponto do trabalho, surgem grandes indagações acerca do interesse na relação entre esses dois autores e de suas teorias, daqui em diante tentara-se estabelecer os nexos possíveis nessa relação.

Do ponto de vista marxista, é sabido que nenhuma teoria brota ao acaso, surge como uma ideia iluminada, um insight divino, que não presta contas ao real. Toda teoria só é possível a partir de um espaço tempo, no qual está imbricado a produção de ideias que emergem sob a infraestrutura do modo de produção vigente e das conseqüentes relações entre classes sociais (Marx, 1867/2017; Parker, 2014; Politzer,2004).

No caso dos autores em questão, fica evidente que a situação de vida na qual eles estavam inseridos, cada qual no seu espaço, mas no mesmo tempo histórico, é que evoca essa necessidade teórica. Martín-Baró e Klaus Holzkamp não se conheceram, não se leram e sequer se encontraram, porém, ambos produziram um conjunto teórico, à luz da Psicologia, capaz de dar respostas às demandas populares de seus tempos históricos. Martín-Baró inserido no contexto da guerra civil salvadorenha produzida pelos ataques imperialistas, numa situação latino americana de subdesenvolvimento, miséria, avanços dos governos autoritários e capitalismo dependente (Dobles, 2009). Holzkamp, num contexto de guerra fria, numa Alemanha dividida, no pós maio de 68¹¹ e no meio de um vulcão de reivindicações populares e estudantis (Markard, 2016).

Os acontecimentos históricos de tensão social, fruto dos desdobramentos da luta de classes (Marx, 1948/2008), e a opção ético-política de ambos os autores, de estar ao lado das camadas oprimidas com o objetivo da transformação social, são vetores de grande força na construção de suas teorias. É possível dizer também, que os dois estão sob a égide teórica do marxismo, Martín-Baró desde o início de sua vida acadêmica na década de 60 já se dedicava ao estudo do marxismo, como

pode ser visto em seu primeiro artigo, enquanto estudante de filosofia, de 1963, intitulado de “La teoria del conocimiento del materialismo dialéctico”. Depois de mais alguns artigos em 1965, escreve “Dios y el materialismo dialectico”, o que demonstra que o marxismo sempre permeia sua produção.

Na década de 1970, Martín-Baró ingressa nos estudos de Psicologia, fase em que se aproxima da psicanálise, com um pano de fundo frankfurtiano (De La Corte, 2000). Na década de 1980, é onde se dá sua maturidade teórica, e fica visto a produção de sua Psicologia da Libertação, com um fundamento central no marxismo, apesar de grandes influências de outras abordagens, o que acaba caracterizando Martín-Baró como um marxista não ortodoxo (De La Corte, 2000).

Klaus Holzkamp, por sua vez, se apresenta como um marxista tardio. Seus primeiros estudos e pesquisas na década de 1950 ocorriam no campo da Psicologia Experimental. Só na década seguinte conheceu o marxismo junto aos seus estudantes (Markard, 2016). A partir disso, identifica-se na obra do autor um compromisso severo com o marxismo, a ponto de objetivar construir a “ciência marxista do sujeito”. Isso fica evidente, quando ocorre a separação dos grupos que se dedicavam à Psicologia Crítica, como visto na sessão sobre o autor neste trabalho, e ainda mais em seu “Grundlegung der Psychologie” de 1983, no qual demonstra o auge de sua produção teórica à luz do marxismo.

A respeito da teoria do desenvolvimento que dava suporte às elaborações de cada um, vê-se uma divergência. Martín-Baró se amparava muitas das vezes na epistemologia genética de Piaget, isso nem de longe quer dizer que Martín-Baró era um piagetiano. Porém, usava da teoria de Piaget para fazer suas próprias

elaborações, assim como Paulo Freire também fazia. E também, Martín-Baró nutria profunda admiração por Piaget, isso fica visto quando o autor escreve o artigo “La Murte de Piaget” em 1980, em homenagem ao autor, devido à sua morte naquele ano. Por outro lado não é possível cobrar do autor outra influência, já que no seu contexto histórico não tinha nada referente à tradição marxista, ligada ao desenvolvimento humano, disponível, devido à censura da Guerra Fria.

Já Holzkamp, quando ingressa no campo do marxismo, suas referências, do ponto de vista do desenvolvimento humano, foram decorrentes do corpo teórico da teoria da atividade e outros escritos soviéticos (Markard, 2016). Assim, como Martín-Baró, Holzkamp também não era um seguidor literal de Leontiev, mas partiu de seus escritos, como uma das influencias, para criar sua própria teoria. Importante lembrar da censura ao oeste do conhecimento produzido no leste europeu.

A visão de homem adotada por ambos os autores inscreve-se no modelo de homem histórico, produto e produtor das relações que está inserido e de seu tempo histórico, capaz de transformar a natureza, e as condições sociais sob as quais vive, visão essa que é advinda do marxismo. Isso pode ser visto em Martín-Baró (1998a, 1998b e 2000). Ele deixa claro sua posição nesses textos, quando está elaborando os rumos da Psicologia da Libertação, para que a Psicologia se liberte da própria Psicologia. Assim, a visão de sujeito histórico, proporciona a historicização da Psicologia, o que culmina num processo fundamental para a desideologização (Martín-Baró, 1998a e 1998b). Klaus Holzkamp (2016) trata disso no capítulo “O processo social e individual da vida”, no qual elabora como se dá a construção do sujeito, a partir do ponto de vista biológico, até se transformar em sujeito histórico. Para ele é fundamental para a Psicologia Crítica, entender esse processo.

Passamos então, ao cerne da discussão desse trabalho, que consiste na tríade de ação formada então, por Fatalismo, Capacidade de Ação Restritiva e Capacidade de Ação Generalizada.

O fenômeno do Fatalismo, no que tange o ponto de vista da ação, pode ser entendido como um processo de “letargia” do sujeito, o sujeito se estagna, frente a vida, devido aos três elementos apontados anteriormente, a interiorização da dominação social, o caráter ideológico e a impossibilidade de mudança no espaço tempo do sujeito. Como todas as outras formas de ação tratadas aqui, o Fatalismo não é passível de se caracterizar como traço de personalidade, mas é sempre um fenômeno de relação do sujeito frente a determinada situação que vive (Martín-Baró 2017a). Dessa forma, os sujeitos alocados em situações políticas e sociais rígidas, nas quais os recursos materiais disponíveis não são possíveis de satisfazer as suas necessidades, ou seja, não há possibilidade de mudança. Ou em outros termos, o leque de possibilidades de ação (circunstancias históricas em que a ação ocorre) é muito restrito é de fato possível que grande parte dos sujeitos ajam na forma de fatalismo. Isso se deve ao fato de que toda ação está centrada historicamente, nos dias de hoje, dentro do modo de produção capitalista, mesmo reconhecendo as particularidades das mediações que circundam essas ações. Assim, os sujeitos reproduzem a ordem social, pois, nesse caso atuam como meros expectadores da realidade, e esperam uma solução externa aos problemas centrais da vida cotidiana.

Assim, o Fatalismo entendido como um modo de ação encontra uma forma de consciência que dá amparo para tal fenômeno, a consciência alienada. Lembrando que entendemos consciência como um processo, como relação, que possui avanços e retrocessos, que carrega consigo contradições e elementos de fases superadas e

que é sempre consciência de algo (Iasi, 2011). Nesta forma de consciência, o sujeito se aliena da sua própria espécie, de sua natureza e de si mesmo, ou seja não se reconhece como tal diante de seus pares (Iasi, 2011). A consciência alienada tem como características a generalização das experiências imediatas, tomar parte que se apresenta imediatamente como o todo. Nesse sentido, os sujeitos não se entendem como produtores da história e arquitetos da realidade, nem muito menos como membros participativos do modo de produção e reprodução da vida material (Iasi, 2011). Assim, se do ponto de vista ontológico, o que fez o homem se tornar homem e adquirir consciência, foi a atividade, necessariamente coletiva, de transformação da natureza, aqui entendida como trabalho (Marx 1867/2017), no modo de ação fatalista, que tem amparo na consciência alienada, o sujeito atua contra, não de modo proposital, a sua própria natureza social e coletiva, desumanizando-se, ou seja, abandonando as características que o tornaram humano.

Entendemos então, que o modo de ação fatalista se dá num determinado momento histórico, de desenvolvimento das forças produtivas, no qual a mediação espaço-temporal, política e econômica, como por exemplo em El Salvador retratado por Martín-Baró, em que as condições objetivas de vida não permitiam nem uma melhora, mesmo que uma garantia de direito, para a maioria da população, não havia nenhuma perspectiva e nem possibilidade de mudança, isso tudo sustentado por esquemas ideológicos numa trama de dominação social (Martín-Baró,2017a).

Assim, fica claro como se constitui a base material de onde se dão as possibilidades de agir.

Já a Capacidade Restritiva de Ação consiste na atuação dos sujeitos dentro dos limites do campo de ação. Como afirmado antes, o campo de ação é determinado pelo modo de produção. Assim, a Capacidade de Ação restritiva, tem um poder transformativo, mas apenas das condições imediatas da ação. Ou seja, o sujeito pode agir transformando suas relações e condições imediatas, mas mantém o campo de possibilidades de ação intacto. Neste sentido, o sujeito acredita que age transformando as suas possibilidades de vida, porém se auto sabota reafirmando os limites do campo de ação, ou seja, reafirmando as condições materiais que limitam suas próprias possibilidades de vida (Holzkamp, 2016). Um exemplo disso pode ser considerado, como o sujeito que pretende cursar uma universidade com o objetivo de melhorar suas condições de vida, de fato isso pode acontecer no plano imediato, porém ao fazer isso, ele reafirma a lógica do modo de produção capitalista, que é o fator limitante das suas possibilidades de ação. A Capacidade Restritiva de Ação tem um caráter individualista, como se fosse “salve-se quem puder” (Holzkamp, 2016).

Dizer que a Capacidade Restritiva de Ação é individualista, não quer dizer que tange somente ao plano de um sujeito único, há grupos de sujeitos que agem dessa forma, com objetivo num interesse próprio, sem objetivo do bem comum do conjunto da sociedade. É ainda possível dizer, que advento da pós-modernidade e suas matrizes filosóficas e políticas, e até mesmo no que incorre à Psicologia, mesmo que de modo ingênuo, atua produzindo modos de agir restritivos. A pós-modernidade entendida aqui, não como um tempo histórico que supõe superação da modernidade, nem muito menos uma corrente de pensamento homogênea que se configura com determinada autonomia. Pelo contrário, a pós-modernidade é a lógica

cultural do capitalismo tardio (Jameson, 2002), ou ainda como afirma Meszáros (1981), é o momento de aprofundada crise estrutural do capitalismo. Portanto, ao contrário do que se pensa, a pós-modernidade não é uma novidade, mas apenas representa os interesses do poder econômico que dominam a sociedade atual.

O pós-modernismo devido a sua lógica relativista e perspectivista acaba por fragmentar a sociedade e os grupos oprimidos, constituindo-os, muitas das vezes, como frações opositora, devido à própria lógica de alienação própria desse momento (Maia e Oliveira, 2011). Ou seja, os grupos sociais, orientados por processos identitários-culturais almejam e buscam por conquistas individuais-grupais referentes somente ao seu grupo.

Assim, o que se vê na agenda política do grupos influenciados pelo pensamento pós-moderno, é a busca por uma emancipação política (Marx 1843/2010 e Tonet, 2013), ou melhor, garantir direitos e representação dentro desse modelo social, que é no qual está a gênese da própria opressão. E não o horizonte por uma emancipação humana, o qual incidiria na transformação radical dos modos de produção, pondo fim a exploração do homem pelo homem, e assim, anunciando o fim de toda e qualquer opressão. Configurando-se então, como um aglutinado filosófico que, ao tentar transformar as condições de vida e da ação dos sujeitos, reafirma a lógica do capital, pois atua no campo da superestrutura, mantendo a infraestrutura intocável (Maia e Oliveira, 2011). Ou seja todo e qualquer movimento que se proponha reformar as condições de vida dos sujeitos e das condições de suas ações, sem que tenha por objetivo pôr fim ao modo de produção capitalista, não ampliarão o campo de possibilidades de ação, assim toda ação neste sentido será restritiva, pelos limites impostos pela lógica do capital.

A Capacidade restritiva de Ação, assim como o Fatalismo, também encontra uma forma de consciência que a ampara, a “consciência em si”. Nessa forma de consciência, o sujeito submetido as diferentes formas de opressão existentes no tempo histórico atual, consegue reconhecer parcialmente tais injustiças, em si e nos outros, criando uma certa identificação de grupo, assim vislumbra alterar essas relações, num sentido de reivindicação do fim da injustiça (Iasi,2011). Isso se manifesta tanto na forma da luta por direitos de um determinado grupo, ou numa tentativa de melhora de vida de um sujeito em si. Mas, mesmo assim, como afirma Iasi (2011), essa forma de consciência ainda se baseia nas formas de vivência imediata das relações. Assim, a Capacidade de Ação Restritiva, amparada pela “consciência em si”, é fundamental para a superação do Fatalismo, pois, nesse modo de ação, os sujeitos percebem que algo que é limitante da ação e das possibilidades de vida, e agem de modo a tentarem superar essas injustiças. Porém, quando essas mudanças são imediatas, acabam por reafirmar o sistema social vigente (Iasi, 2011).

Neste sentido, a Psicologia deve contribuir para o alcance da Capacidade de Ação Generalizada, tarefa que cabe à Psicologia somente como auxiliar, e não como única fonte de provimento da Capacidade de Ação Generalizada. A Capacidade de Ação Generalizada, amplia o campo e as condições nas quais a ação se dá, ou seja, transforma a estrutura social, histórico e política. Porém, a Capacidade de Ação Generalizada só pode acontecer de modo coletivo, com um único objetivo, que é o que já apontamos anteriormente, no que se refere às transformações sociais (Holzkamp, 2016).

Assim, a Capacidade de Ação Generalizada só pode vir a ser enquanto tal, se destruir os fatores limitantes da ação, ou seja, destruir a infraestrutura social, que sustenta o modo de produção capitalista, assim pondo fim a exploração do homem pelo homem e a da alienação da própria vida.

A Capacidade Ação Generalizada, também precisa de uma forma de consciência que seja provida de sustentação, neste caso, é a “consciência revolucionária” ou “consciência para si”, como aponta Iasi (2011). Anunciando que não basta ser um processo simplesmente coletivo, mas de um coletivo que tenha um lugar no processo de produção e reprodução da vida, e esse lugar é a classe social (Iasi, 2011). Então neste caso, o sujeito não age mais dentro das possibilidades de ação dadas, mas transforma as próprias possibilidades de ação, ampliando-as (Holzkamp,2016).

Não incorramos no erro de achar, que essas transformações das condições das possibilidades de ação, ou dos determinantes impostos pelo modo de produção capitalista, aconteçam de forma que dependa única exclusivamente da vontade dos sujeitos. Lembremos que os homens fazem história, mas não a fazem como querem (Marx, 1851/1978). Não é possível dizer sobre sujeitos que ajam sempre de modo generalizado, pois tal ação depende das contradições entre as forças produtivas e o modo de produção, num momento em que o conjunto da classe social oprimida, esteja orientado por uma consciência revolucionária. Cabe, portanto, à Psicologia contribuir no processo de tomada de consciência das massas, orientando para a Capacidade de Ação Generalizada.

Chegado a esse ponto, que já traçado uma tríade da ação, nos ajuda a compreender as tarefas da Psicologia Crítica de orientação marxista, entendendo as

contradições sociais e os momentos históricos nos quais se dá a ação, mas sem perder de vista e ter como objetivo, a orientação para a Capacidade Generalizada de Ação. Pois, só rompendo os limites dados pela estrutura do modo de produção, é que os sujeitos poderão agir de forma livre, e alcançarão a verdadeira emancipação humana, no sentido que Marx nos coloca (Iasi, 2011).

Considerações Finais

Neste trabalho, tentou-se traçar uma panorama entre a vida e obra de Martín-Baró e Klaus Holzkamp, aproximando dois autores de fundamentos marxistas, que viveram num mesmo tempo, mas em espaços diferentes, e com propósitos muito parecidos, o da construção de uma Psicologia que atendesse às demandas das camadas oprimidas. Apesar do esforço da compreensão mais possível de ambos os autores, no que tange a Klaus Holzkamp, talvez não tenha sido tão aprofundado como Martín-Baró, devido ao fato de Holzkamp ser um autor novo para nós do grupo de pesquisa. E é nesse período de escrita deste trabalho que as obras desse autores vão sendo traduzidas por nosso grupo. Diferentemente de Martín-Baró que já tem um acúmulo de quase duas décadas no grupo de pesquisa, e também na minha própria formação pessoal.

Para tal aproximação, foi traçada a noção de uma tríade da ação a partir dos conceitos de Fatalismo, Capacidade de Ação Restritiva e Capacidade de Ação Generalizada. Propondo então que tais conceitos consistem em uma relação dialética de oposição-negação-superação.

A partir disso, tentou-se um entendimento dessa relação entre tais conceitos e como eles se articulam traçando também as tarefas da Psicologia que se pretende

Crítica. Desse modo, o presente trabalho anuncia um chamado para a Psicologia Crítica Marxista, como o horizonte a que ela se propõe - o de pôr fim às opressões dos diferentes grupos sociais. Pelo fato, do marxismo apresentar ainda a sua atualidade imprescindível, já que a pós-modernidade não existe como tempo histórico, sendo que o que ainda existe é um império do capital. Assim, a Psicologia Crítica, não deve se acometer às ondas de domesticação do marxismo, que têm a intenção de cerceamento do seu ímpeto revolucionário.

Referências

Allport, G. W. (1935). Attitudes. In C. Murchinson (Ed.), *Handbook of Social Psychology* (pp. 798-844). Worcester, MA: Clark University Press

Bacon, F. (1999) *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural.

Blanco, A.; Díaz, D.(2007). El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, 19 (4), 552-558.

- Cidade, E. & Ximenes, V. (2012). As manifestações do fatalismo de jovens em condições de pobreza no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 1(1), pp. 80-102.
- Chasin, J. (2010) *Marx. Ontologia e Método*. Editora Mimesis
- Chauí, M. de S. (1980). *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense.
- De La Corte, I. (2000). La psicología de Ignacio Martín-Baró como psicología social crítica. Uma presentación de su obra. *Revista de Psicología Geral y Aplicada*. 53, 3, 437- 450.
- De La Corte, I. (2001). *Memoria de um compromisso: Lá psicología social de Ignácio Martín-Baró*. Bilbao: Descleé
- Descartes, R (1973) *Discurso do Método*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).
- Dobles, I. O. (2009). Ignácio Martín Baró y psicología de la liberación: um desafio vigente. Recuperado de:
http://www.catedralibremartinbaro.org/pdfs/PCL_DoblesI_UnDesafioVigente.pdf
- Euzébios Filho, A. & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia e Sociedade*, 21(1), 35-44. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/05.pdf>
- Fanon, F. (1972) *Los Condenados de la tierra*. México, DF: Fondo de Cultura Económica.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (15a. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011/1968) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Fromm, E. e Maccoby, M. (1970). *Social Charater in Mexican vilage: A sociopsychoanalytic study*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Goes, N. A. (2009). A psicologia comunitária enquanto práxis libertadora no contexto da América Latina. (Monografia não-publicada). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Guareschi, P. A., Roso, A., & Amon, D. (2016). A atualidade das teorias críticas e a revitalização da categoria analítica “ideologia” na Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*. 28, 3, pp. 552 - 561.
- Guareschi, P. (2011). Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. F. (orgs), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Editora Alínea.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda Jr. F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia/InteramericanJournal of Psychology*, 41(2), 231-240. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n2/v41n2a14.pdf>
- Holzkamp, K. (2016) *Ciência Marxista do Sujeito* (Tomo I). Maceió: Coletivo Veredas.
- Hume, D. (1984) *Investigações sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).
- Hyppolite, J. (1999). *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Discurso Editorial.
- Iasi, M. (2011) *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Kant, I. (1781/2012) *Crítica da Razão Pura*. Editora Vozes

- Kuhn, T. (1970) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectivas.
- Lacerda, Jr. (2014) Psicologia política e marxismo na história recente: Contribuições de Martín-Baró e Holzkamp. In: Sandoval, S.A.M.; Hur, D.U.; Dantas, B.S.A. (Orgs) *Psicologia Política: temas atuais de investigação* (pp. 25-52). Alínea Editora. Campinas, SP.
- Jameson, F. (2002) *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- Lenin, V. I. (1913/2006) *As três fontes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lessa, S. & Tonet, I. (2004). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo, SP: Expressão Popular
- Lima, T. C. S. & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál. Florianópolis*, 10, 37-45. doi: 10.1590/S1414-49802007000300004
- Locke, J. (1991) *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural.
- Maia, A. G. B. e Oliveira, R. A. (2011) Marx e a crítica contemporânea à pósmodernidade. *Revista de Filosofia Argumentos*. 3, 5 82 – 90.
- Markard, M. (2016) Sobre a Seleção dos Textos. In: K. Holzkamp. *Ciência Marxista do Sujeito* (tomo I) (pp.25-30). Coletivo Veredas: Maceió, AL.
- Martín-Baró I. (1963) La teoría del conocimiento del materialismo dialéctico. *Editorial Universitas Xaveriana*. 66 (48), 1-20. Recuperado de: <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/aspiraciones-del-pequeno-burgues-salvadoreno/>

- Martín-Baró, I. (1965) Dios y el materialismo dialectico. (Inédito). Recuperado de:
<http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/aspiraciones-del-pequeno-burgues-salvadoreno/>
- Martín-Baró, I (1980). La Muerte de Piaget. *Revista de Estudios Centroamericanos*. 36 (383), 869 -871.
- Martín-Baró, I. (1981). As aspiraciones del pequeño-burgués salvadoreño. *Revista Estudios Centroamericanos*, 35 (377), 773-788. Recuperado de:
<http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/aspiraciones-del-pequeno-burgues-salvadoreno/>
- Martín-Baró, I (1996a). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), 7, 27-29.
doi: 10.1590/S1413-294X1997000100002
- Martín-Baró (1996b). The lazy latino: The ideological nature of Latin American fatalism (P. Berryman, Trad.). In A. Aron & S. Corne (Eds.), *Writings for a liberation psychology* (2^a ed., pp. 198-220). Cambridge, USA: Harvard University Press. (Reimpreso de *Psicología Política Latinoamericana*, 135-162, por M. Montero, Ed., 1987).
- Martín-Baró, I. (1998a). Hacia una psicología de la liberación . Boletín In A. Blanco (Org.), *Psicología de la Liberación* (pp.283- 302). Madrid: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, I. (1998b) La liberación como horizonte de la psicología. In A. Blanco (Org.), *Psicología de la Liberación* (pp. 303- 341). Madrid: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, I. (2000). *Acción y ideología: psicología social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.

- Martín-Baró, I. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (orgs). (2011). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Editora Alínea.
- Martín-Baró, I. (2017a) O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: F. Lacerda Jr (Org) (2017). *Crítica e Libertação na Psicologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Marx, K. (1843/2010) *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo
- Marx, K. (1851/1978) *O 18 de Brumário e Cartas à Kulgelman*. 4ªed Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marx, K. (1859/2010) *Para Crítica Da Economia Política: Manuscrito De 1861-1863*. São Paulo: Editora Autêntica.
- Marx, K. (1867/2017) *O Capital (vol I)*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. & Engels, F. (1848/2008). *Manifesto Comunista*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Meszáros, I. (1981) *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Oliveira, L. B. & Guzzo, R. S. L. (2012) As Expectativas e Aspirações da Pequena Burguesia: Contradições Psicossociais e Possibilidades de Mudança. *Anais do XVII Encontro de Iniciação Científica* (s/n)– PUC-Campinas, Campinas, São Paulo.
- Oliveira, L. B.; Moreira, A. P. G. & Guzzo, R. S. L. (2014). Ampliando o Conceito de Situação-Limite De Martín-Baró: Diálogos com o Conceito De Crise. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, 5, 2, p. 96 – 105. Recuperado de: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1479/1377>

- Oliveira, L.B., Guzzo, R. S. L., Tizzei, R. P. & Silva Neto, W. M. (2014). Vida e a Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230. Recuperado de: <http://psicologia.uahurtado.cl/2014/09/vida-e-a-obra-de-ignacio-martin-baro-e-o-paradigma-da-libertacao/>
- Osório, J. M. F. (2011). Ética e construção social da libertação latino-americana. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (orgs). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Editora Alínea.
- Parker, I. (2007). Critical Psychology: What it is and what it is not. *Social and personality psychology compass*, 1 (1), 1 - 15. doi: 10.1111/j.1751-9004.2007.00008.x
- Parker, I. (2014) *Revolução na Psicologia*. Alínea: Campinas
- Paulo Netto, J. (2011) *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Politzer, G. (2004) *Crítica aos Fundamentos da Psicologia*. Piracicaba: Editora UNIMEP.
- Russel, B. (1969). *História da Filosofia Ocidental. Livro Primeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Roberttazi, M. (2005). Psicologia social latinoamericana: uma resposta neoparadigmática. En *Aporte de autores argentinos a la Psicología Social. El psicoanálisis en ámbitos colectivos*. Recuperado de: <http://www.buenastareas.com/ensayos/Latinoamerica/52225538>
- Souza, J. (2017) *A Elite do Atraso: da escravidão à lava-jato*. São Paulo : Editora Leya

- Sloan, T. (2009). Globalização, Pobreza e Justiça Social: papéis para os psicólogos. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr, (Orgs). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Sloan, T. & Moreira, V. (2002). *Personalidade, Ideologia e Psicopatologia Crítica*. São Paulo: Escuta.
- Smolka, A. L. B. (2000) O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. *Cadernos Cedes* 20, 50. doi: 10.1590/S0101-32622000000100003
- Sobrinho, Jon. (1990). *Os seis jesuítas mártires de El Salvador*. São Paulo: Loyola.
- Tonet, I. (2013) *Método Científico uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Vygotsky. L. S. (2002). *Pensamento e Linguagem*. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org).
- Whitfield, Teresa. (1998). *Pagando el precio: Ignacio Ellacuría y el asesinato de los jesuítas en El Salvador*. San Salvador: UCA editores.